

---N.º 7/2017 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE E OITO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSETE.---

--- Aos vinte e oito dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, ordinariamente, no seu salão, a Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte: -----

-----ORDEM DE TRABALHOS -----

---**PRIMEIRO** - Informações do senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade da mesma. (Grelha D)-----

---**SEGUNDO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal das Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município para 2018 e respetiva proposta anexa, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha A) -----

---**TERCEIRO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da taxa municipal de direitos de passagem para vigorar no ano de 2018, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E)

---**QUARTO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de regime excecional para a isenção de taxas municipais de explorações agropecuárias, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) -----

---**QUINTO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da minuta do contrato de subconcessão de uso privativo da via do Ramal de Vila Nova de Famalicão entre o Km 46,000 e o Km 56,518 celebrado com o IP – Património – Administração e Gestão Imobiliária, S.A., tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) -----

---**SEXTO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal do protocolo de colaboração no âmbito dos controlos oficiais entre a Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) e a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) ---

---**SÉTIMO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização do compromisso plurianual de concurso limitado por prévia qualificação, até ao montante global estimado de 258.800,00€, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, à firma Ano – Sistemas de Informática e Serviços, Lda. relativamente aos serviços de faturação e gestão integrada dos serviços de abastecimento de água, tratamento de águas residuais e resíduos sólidos, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E)-----

---**OITAVO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativamente à alteração da delimitação da área de reabilitação urbana do centro urbano de vila Nova de Famalicão, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) -----

--- A Mesa, presidida por João Nuno Lacerda Teixeira de Melo e secretariada por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e Cândida Jesus da Silva Veloso, verificou a existência de "quorum" e assinalou as seguintes presenças e faltas:-----

---ADELINO MARTINS MOTA -----

--- ADELINO SANTOS OLIVEIRA -----

--- ADELINO SILVA COSTA -----

--- AGOSTINHO SILVA VEIGA -----

--- ÁLVARO JOAQUIM COSTA OLIVEIRA -----

--- ANA FILIPA FERNANDES OLIVEIRA -----

--- ANDREIA FERREIRA TAVARES -----

--- ANTÓNIO AFONSO ARAÚJO REBELO -----

--- ANTÓNIO ALBERTO SIMÕES COSTA -----

--- ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO PINHO -----

--- ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES -----

--- ANTÓNIO JACINTO COELHO COSTA -----

--- ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL -----

--- ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA -----

--- ANTÓNIO MANUEL CARVALHO GOMES -----

--- ARMINDO FERNANDES GOMES -----

--- ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO -----

---ARTUR JOAQUIM ARAÚJO SILVA CASTRO -----

--- AVELINO FREITAS SILVA -----

--- BERNARDINO GOMES MARTINS -----

--- CÂNDIDA JESUS SILVA VELOSO -----

--- CARLA SOFIA SANTANA AFONSO RIBEIRO FARIA -----

--- CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES -----

--- CARLOS ALBERTO COSTA GOMES -----

--- CARLOS ALBERTO COSTA PEREIRA -----

--- CATARINA ISABEL ROCHA MACHADO -----

--- DANIEL RIBEIRO PADRÃO SAMPAIO -----

--- DELFIM FERNANDO MACHADO ABREU -----
--- DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA -----
--- EDGAR LUÍS LOPES MARINHO PINTO -----
--- EMÍDIO RUBIM SOUSA SANTOS -----
--- FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA -----
--- FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES -----
--- FRANCISCO RODRIGUES SÁ -----
--- GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO -----
--- HEITOR RUI SANTOS BERNARDO-**FALTOU-JUSTIFICOU** -----
--- HELDER JOAQUIM FERNANDES PEREIRA -----
--- HUGO ALEXANDRE MIRANDA SAMPAIO -----
--- JOANA ISABEL GONÇALVES SANTOS SILVA -----
--- JOÃO CARLOS PEREIRA ALVES FERREIRA -----
--- JOÃO NUNO LACERDA TEIXEIRA DE MELO -----
--- JOÃO PEDRO SAMPAIO ARAÚJO -----
--- JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA -----
--- JOSÉ CARLOS SILVA LIMA -----
--- JOSÉ COSTA SILVA -----
--- JOSÉ JOAQUIM SOUSA GONÇALVES PEREIRA -----
--- JOSÉ NUNO MARQUES MOREIRA -----
--- LÚCIA ALEXANDRA ABREU SILVA -----
--- LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA -----
--- LUÍS FERNANDO ANDRADE MONIZ -----
--- MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA -----
--- MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA -----
--- MANUEL JOAQUIM RODRIGUES CARVALHO -----
--- MANUEL NOVAIS OLIVEIRA -----
--- MÁRCIA FILIPA RORIZ NUNES -----
--- MARIA ESTELA SA VELOSO CARDONA -----
--- MARIA FÁTIMA FERNANDES COSTA -----

- MARIA INÊS MOREIRA VIEIRA GOMES -----
- PAULA ROSA GOMES PEIXOTO DOURADO -----
- PAULO AGOSTINHO FARIA C. MARQUES FOLHADELA -----
- PAULO CESAR GONÇALVES MARINHO PINTO-----
- PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA -----
- PEDRO TIAGO SILVA OLIVEIRA -----
- RICARDO JOSÉ MESQUITA CARVALHO COSTA -----
- RITA SANGREMAN PROENÇA PIRES LIMA-----
- RUI MIGUEL SÁ FARIA-----
- RUI PEDRO PACHECO ALVES-----
- SUSANA MARIA COSTA PEREIRA -----
- TOMÁS MANUEL CUNHA SOUSA-----
- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de: -----
- ANTES DA ORDEM DO DIA**-----
- PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**- Informou os Deputados que na eleição dos membros para a Cimave ocorreu um lapso nos resultados, foi distribuído pelos Líderes dos Grupos Municipais o mapa dos resultados pelo método de hondt, tendo em conta os resultados a distribuição dos mandatos é a seguinte: - 7 mandatos pela lista apresentada pelo PSD e pelo CDS/PP, 3 mandatos para a lista que foi apresentada pelo Partido Socialista. Nessa medida, porque os mandatos são a aplicação direta dos votos, aprovaremos a ata com esta retificação. -----
- *Posta à votação, com a devida alteração, a ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 10/11/2017, foi a mesma aprovada por unanimidade.*-----
- Deu conhecimento das adjudicações relativas à assunção de encargos plurianuais que são os seguintes: -----
- **Ajuste direto nº 223/17/DMASI** – Encargo Plurianual – Renovação da Subscrição de Software Autodesk-----
- **Ajuste direto nº 138/17/DDS-DE** - Encargo Plurianual – Transporte de alunos do 1º CEB para a EB do louro, Mouquim e Lemenhe (Centro Escolar) -----
- **Ajuste direto nº 226/17/DEEM** - Encargo Plurianual – Fornecimento de energia elétrica para os circuitos de iluminação pública do PT661 - Av. Portas do Minho-----

--- **Ajuste direto nº 10/17/DDTL** – Encargo Plurianual – Serviços de leitura, corte e substituição de contadores de água -----

--- **Ajuste direto nº 254/17/PM** – Encargo Plurianual – Serviço de controlo do correio registado nos processos de contraordenações de trânsito -----

--- **Ajuste direto nº 208/17/DEEM** – Encargo Plurianual – Fornecimento de energia eléctrica para as instalações do Jardim de Infância de Gondifelos -----

--- **Concurso Público nº 207/17/DAEO** – Compromisso Plurianual – Fornecimento de Gás GPL para o Centro Escolar do Louro -----

--- **Ajuste direto nº 242/17/DCT** - Compromisso Plurianual – Serviço de Coordenação Científica do Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave -----

--- **Ajuste direto nº 214/17/DEEM** - Compromisso Plurianual – Aquisição de Óleos e Lubrificantes

--- **Ajuste direto nº 220/17/DMASI** - Compromisso Plurianual – Software para cobranças moveis --

--- **Ajuste direto nº 248/17/DMVT** - Compromisso Plurianual – Estudos e Projetos – acesso à área de acolhimento empresarial de Ribeirão entre o lugar de Sam, no CM 1459 e a EN14 -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Informou também que deram entrada na Mesa oito votos que são do seguinte teor: -----

---**RITA LIMA (CDS-PP)** - Fez a leitura do voto de congratulação apresentado pelos Grupos Municipais do CDS/PP e do PSD que é do seguinte teor:-----

---“ Apoio da Autarquia à construção da Clínica da Mulher e da Criança no Hospital de Famalicão: -----

Considerando que:-----

---A saúde na maternidade e na infância é uma área essencial para o desenvolvimento e crescimento do concelho;-----

---A nova Clínica da Mulher, da Criança e do Adolescente é um projecto inovador e diferenciador, que proporcionará melhor atendimento, mais conforto e mais privacidade aos utentes do Hospital de Vila Nova de Famalicão, e melhores condições de trabalho aos profissionais de saúde; -----

---O Município de Famalicão assume a sua reconhecida responsabilidade para com as famílias famalicenses, com medidas concretas de apoio;-----

---Os Grupos Municipais do CDS-PP e PSD propõem que a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão delibere aprovar um voto de congratulação pelo apoio da autarquia ao projeto de construção da Clínica da Mulher e da Criança no Hospital de Famalicão”.

---**RICARDO COSTA (CDS-PP)** - Fez a leitura do voto de congratulação apresentado pelos Grupos Municipais do CDS/PP e do PSD que é do seguinte teor:

---“ Pela condecoração do Dr. José Manuel Gonçalves de Oliveira como Comendador da Ordem do Mérito.

---No dia 7 de Dezembro de 2017, Sua Excelência, o senhor Presidente da República, Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, agraciou o Dr. José Manuel Gonçalves de Oliveira como Comendador da Ordem do Mérito.

---O Dr. José Manuel Gonçalves de Oliveira, um dos mais conceituados médicos pediatras a nível nacional, exerce há vários anos a sua atividade de médico pediatra no Concelho de Vila Nova de Famalicão, sendo atualmente Diretor do Serviço de Pediatria e Neonatologia do Centro Hospitalar do Médio Ave.

---É publicamente reconhecida a forma solidária e generosa como se dedica à medicina e a sua preocupação com as pessoas socialmente vulneráveis, tendo mesmo criado a consulta social na Unidade Hospital de Famalicão, direcionada especialmente para as famílias mais carenciadas da comunidade.

---Na qualidade de voluntário, dedica uma parte significativa do seu tempo às crianças do Centro Social Padre David de Oliveira Martins, em Ruilhe, concelho de Braga.

---Foi Presidente da Direção da Casa do Pessoal do Hospital de 2011 a 2013. Atualmente, exerce as responsabilidades de membro da Direção do Colégio da Especialidade de Pediatria da Ordem dos Médicos e de Presidente da Associação Pediátrica do Minho, sendo igualmente o Diretor da respetiva revista “Ecos do Minho”.

---É membro da Sociedade Portuguesa de Escritores e Artistas Médicos, da Associação Portuguesa de Escritores e de várias sociedades científicas nacionais e internacionais.

---É autor de inúmeras publicações, científicas e literárias, com destaque para o “Retrato da população pediátrica de etnia cigana em Vila nova de Famalicão”, sendo também colaborador da imprensa local e regional.

---De destacar ainda que ao Dr. José Manuel Gonçalves de Oliveira já lhe foi atribuída, no ano de 2011, a Medalha de Mérito Municipal de Benemerência, pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, como reconhecimento público do Município e da comunidade famalicense pela sua atuação multifacetada como cidadão generoso e solidário. -----

---Pelo exposto, os Grupos Municipais do CDS-PP e do PSD propõem que a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão delibere aprovar o Voto de Congratulação pela Condecoração do Dr. José Manuel Gonçalves de Oliveira como Comendador da Ordem do Mérito por sua Excelência, o senhor Presidente da República, Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa e que se dê conhecimento do presente Voto de Congratulação ao próprio”. -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** - Fez a leitura da moção apresentada pelo Grupo municipal da CDU que é do seguinte teor:-----

---“ Mais e Melhor Floresta e Proteção Contra os Fogos. -----

Considerando que: -----

-Os fogos florestais em Famalicão têm alguma dimensão na época de Verão que justifica tomarem-se medidas cautelares de proteção da floresta; -----

- Que essas medidas passam pela necessidade ativação de meios humanos, com formação adequada e apetrechada dos respetivos meios por forma a procederem à vigilância da floresta e a darem conta dos imponderáveis e dos vários problemas encontrados cuja solução atempada contribuirá para minorar, em muito, o reacender das chamas.-----

- Que nunca poderemos esquecer a infeliz e tão lamentável tragédia de fogos florestais que assolou recentemente o centro e o norte do País, de que resultaram mais de uma centena de vidas perdidas, centenas de casas afetadas e milhares de explorações agrícolas, atividades económicas e empregos atingidos ou mesmo destruídos, a cujas vítimas prestamos daqui a nossa mais sentida homenagem e a nossa solidariedade.-----

- Que a causa mais profunda destes dramáticos acontecimentos está a montante, no desordenamento da floresta, no despovoamento e na desertificação, na falta de medidas cautelares e não na necessidade de mais legislação, antes a determinação de implementar a muita legislação existente e de assegurar os meios técnicos, financeiros e humanos. -----

---A Assembleia Municipal de Famalicão, reunida em 28 de Dezembro de 2017, decide: -----

- 1 - Afirmar que este é ainda o tempo de cuidar das vítimas, assegurando habitação a quem perdeu a sua, de reestabelecer comunicações, de recuperar potencial económico perdido, de repor infraestruturas destruídas ou desativadas e equipamentos públicos atingidos pelos incêndios. -----
- 2 - Reclamar do Governo os apoios necessários para os Bombeiros Voluntários fazerem face às múltiplas responsabilidades que lhes estão cometidas no combate aos incêndios. -----
- 3 - Manifestar o respeito pela pequena e média agricultura e produção florestal e pecuária, como elementos essenciais do território, e reclamar os apoios necessários ao seu desenvolvimento. -----
- 4 – Defender uma outra política florestal que assegure um ordenamento que ponha fim às manchas contínuas de monocultura e garanta o rendimento necessário aos produtores que permitam a gestão ativa da floresta. -----
- 5 - Manifestar a sua preocupação por quaisquer medidas de transferência de competências para as autarquias locais de responsabilidades na gestão da floresta que, pela sua dimensão e importância só competem à Administração Central. -----
- 6 - Exigir a manutenção da gestão pública das matas nacionais, com mais meios financeiros, logísticos e humanos atribuídos a essa função. -----
- 7 - Afirmar que a resposta que a floresta portuguesa exige não se coaduna com as limitações e constrangimentos impostos à vida nacional nos últimos anos, antes exige a rutura com o rumo de obsessão pelo défice e uma outra política que assuma a defesa da produção nacional como uma prioridade e a floresta como um sector estratégico”.-----

 ---**LUÍS MONIZ (PS)** – Fez a leitura da proposta que é do seguinte teor:-----

--- “ Considerando que:-----

---Esta Assembleia Municipal autorizou, pelo período do atual mandato, a Câmara Municipal a apoiar as freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses das populações, pelas formas legalmente admitidas, designadamente através de apoios financeiros, doações de terrenos, cedências de edifícios em regime de direito de superfície ou de contrato de comodato; -----

---Cabe, exclusivamente, à Câmara Municipal a definição dos apoios a conceder; -----

---Torna-se importante, para a efetiva prestação de contas e transparência municipal, que, para além de uma relação de todos os apoios dados às freguesias, seja dado, também conhecimento à

Assembleia Municipal de todos os pedidos de apoio formalizados pelos Presidentes das Juntas de Freguesia junto da Câmara Municipal.-----

Face ao exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que seja dado conhecimento a esta Assembleia Municipal, pela Câmara Municipal, anualmente, de todos os apoios concedidos às freguesias e de todos os pedidos formalmente solicitados, neste âmbito, pelos Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho de Vila Nova de Famalicão”.-----

---**HUGO SAMPAIO (PS)** – Fez a leitura do voto de congratulação que é do seguinte teor: -----

--- “A eleição de Mário Centeno para presidente do Eurogrupo.-----

---A eleição de Mário Centeno para presidente do Eurogrupo é o reconhecimento da credibilidade internacional de Portugal nos domínios económico-financeiro e demonstra a correção da linha política seguida pelo Governo.-----

---Hoje já não discutimos mais défices excessivos, já não discutimos mais sanções. Hoje podemos congratular-nos ao vermos o nosso ministro das Finanças ser eleito presidente do Eurogrupo.-----

---Portugal vai passar a ter "uma voz mais forte" nas instituições europeias, é um sinal importante e positivo para o país, para o Governo, para o ministro, e também para a Europa. É um momento de alegria para todos os portugueses.-----

---A eleição de Mário Centeno como presidente do Eurogrupo é o reconhecimento da União Europeia de que era possível fazer diferente e, uma vitória do atual Governo.-----

---Esta vitória é o reconhecimento por toda a União Europeia, nomeadamente a zona euro, de que era mesmo possível fazer diferente, devolvendo rendimentos às pessoas, pôr a Economia a crescer, mantendo, melhorando aquela que é a qualidade das próprias Finanças Públicas.-----

---É uma vitória de todo um Governo que foi mesmo capaz de olhar para o país de forma completamente diferente, não só do anterior Governo mas daquilo que a própria Europa parecia recomendar.-----

---A bancada do Grupo Municipal do PS Congratula-se por esta vitória Portuguesa e, sugere, através deste voto de Congratulação, que toda esta assembleia se junte a este voto, aprovando e enviando ao Gabinete do Ministro da Economia Dr. Mário Centeno uma mensagem de congratulação por esta Eleição”.-----

---**ADELINO MOTA (BE)** - Fez a leitura da proposta apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda que é do seguinte teor:-----

---“ Apoio a crianças com necessidades especiais.-----

---O conceito de crianças com necessidades especiais aplica-se “a crianças e adolescentes com problemas sensoriais, físicos, intelectuais e emocionais e, também dificuldades de aprendizagem derivadas de fatores orgânicos ou ambientais” (Correia, 1999).-----

---No concelho de Vila Nova de Famalicão, o número de crianças com doenças raras, oncológicas e com necessidades especiais, é significativo. No entanto a resposta às suas necessidades específicas existentes no nosso conselho é débil, obrigando muitas vezes os pais a deslocarem-se ao Porto ou Braga para ajudar os seus filhos na promoção do desenvolvimento global o mais adequado possível, promovendo a maior autonomia da criança e melhor inclusão na sociedade, não tendo apoio económico das entidades envolventes. -----

---As atividades na área do desporto, arte, música e estimulação multissensorial, têm uma finalidade recreativa e pedagógica, mas também a finalidade terapêutica. -----

---Dado que existem algumas entidades/ instituições / e centros sociais, no município, capazes de dar uma resposta efetiva e eficiente às necessidades identificadas, nomeadamente através de: -----

---Equitação terapêutica - um método terapêutico educacional que utiliza o cavalo como instrumento cinesioterapêutico (arte de curar utilizando todas as técnicas do movimento), pois os movimentos tridimensionais provocados pelos passos do cavalo despertam, no corpo de quem a pratica, inúmeros estímulos sensoriais e neuromusculares que intervêm diretamente no desenvolvimento global e na aquisição de habilidades motoras. -----

---A Olaria terapêutica segundo vários especialistas, têm um papel fundamental na recuperação da autoestima, bem-estar, com resultados positivos para o aumento da capacidade da concentração, imaginação, planeamento e serenidade (pois a criação do objeto tem o seu tempo próprio) de quem as usa. Permite “refuncionalizar as mãos”, pois no dia-a-dia é usado mecanicamente – na cerâmica, a função da mão não é mecânica, a pessoa reconhece-se o tempo todo. -----

---A musicoterapia consiste numa forma de tratamento e reabilitação em que utiliza toda e qualquer manifestação sonora para produzir efeitos terapêuticos. A música, através dos sons e do movimento, estabelece uma relação de ajuda, com o objetivo de promover melhor interação com a sociedade, e o desenvolvimento cognitivo, emocional, psicomotor e social. -

---Assim, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão reunida em sessão ordinária a 28 de Dezembro de 2017, recomenda que Câmara Municipal: -----

---1. Implemente parcerias com as entidades, instituições, centros, já existentes no concelho, capazes de dar resposta as necessidades identificadas, coadjuvando não só as crianças com necessidades especiais, mas também as entidades, instituições, centros, promovendo um concelho amigo das famílias. -----

---2. Seja a Câmara Municipal a principal impulsionadora de um amplo e esclarecedor debate que envolva famílias das crianças com necessidades especiais, doenças raras e oncológicas e entidades responsáveis nesta área, com objetivo de identificar as dificuldades e encontrar as melhores respostas para as mesmas”.-----

 ---**ADELINO MOTA (BE)** - Fez a leitura da moção apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda que é do seguinte teor:-----

---“ Apoio aos trabalhadores do grupo Ricon. -----

---Foi recentemente noticiado que o grupo Têxtil Ricon, com fábricas em Ribeirão e em Fradelos, no município de Vila Nova de Famalicão, se encontra em processo de insolvência.

---A administração do grupo distribuiu aos trabalhadores, no início de Dezembro, um comunicado interno, onde se informa da alegadamente difícil situação económica e financeira do grupo e da necessidade de recurso ao processo judicial de insolvência.-----

---Trata-se de um dos maiores grupos têxteis portugueses, com cerca de 800 trabalhadores, proprietário das lojas Gant em Portugal e de outras empresas como a Nevag, a Fielcone, a Delos, a Delcon e a Ricon Serviços, que trabalham em regime de subcontratação para marcas internacionais.-----

---Na referida comunicação, a administração considera que o processo decorre da quebra de encomendas e da exigência de pagamento da totalidade da dívida vencida proveniente dos fornecimentos ao setor do retalho, situação que terá conduzido ao estrangulamento da

tesouraria e à consequente incapacidade para que sejam cumpridas as obrigações com os credores, nomeadamente com o setor financeiro. -----

---Segundo a administração do grupo, as negociações com a banca e com o grupo Gant não terão conduzido ainda a uma solução que permita a viabilização das empresas do grupo Ricon. -----

---A situação tem vindo a preocupar os trabalhadores, tendo em conta que um eventual encerramento da empresa despoletaria uma crise social e económica de grande dimensão no nosso concelho e em toda a região, certamente com repercussão nacional, mas desde logo para muitas famílias famalicenses que seriam afetadas pelo desemprego.-----

---Assim Bloco de Esquerda propõem que a Assembleia Municipal de V.N. Famalicão, reunida em sessão ordinária no dia 28 Dezembro 2017 decida;-----

---1. Manifestar toda a solidariedade aos trabalhadores do grupo Ricon, na defesa dos seus postos de trabalhos, e contra o encerramento da empresa. -----

---2. Solicitar à Camara Municipal que utilize toda a sua influência junto das entidades competentes, governo, Administração do grupo Ricon, bem como junto dos credores, para que estes tudo façam no sentido de evitar o encerramento das empresas. -----

---Enviar ao Ministro do Trabalho, aos grupos parlamentares, à Administração do grupo Ricon, aos representantes dos trabalhadores”.-----

---JOSÉ MOREIRA (PSD) - Fez a leitura do voto de louvor e de recomendação apresentados pelo Grupo Municipal do PSD e pelo Grupo Municipal do CDS/PP que é do seguinte teor: --

---“ Os Grupos Municipais do PSD e o do CDS-PP, terminado que está este ano de 2017, não podem deixar de fazer uma muito breve, mas merecida, reflexão sobre a importância das associações Humanitárias de Bombeiros designadamente no que se refere aos seus Corpos de Bombeiros Voluntários e ao que eles representam para a sociedade Portuguesa. -----

São os Bombeiros Voluntários, segundo reconhecimento geral, o principal pilar da Proteção Civil Nacional pela sua disponibilidade, formação adequada, organização e equipamento disponível. -----

São os Bombeiros Voluntários o principal exemplo de dádiva ao outro tornando-se assim numa referência incontornável do bom viver em sociedade. -----

São os Bombeiros Voluntários fundamentais, únicos e insubstituíveis na nossa frágil economia.-----

São os Bombeiros Voluntários diferentes de todo o outro voluntariado, por mais digno que seja, dado que do que dão não podem ser ressarcidos. Dão a sua própria Vida, a sua convivência

Familiar, o conforto do seu Lar, dão em resumo tudo de si em favor do bem-estar e da segurança do seu semelhante. -----

Cada vez mais jovens, das mais diversas proveniências e com os mais diversos graus de escolaridade abraçam esta missão conjugando-a com as suas atividades profissionais. -----

Para eles o ser Bombeiro Voluntário é algo que lhes preenche o coração e que lhes diz estarem vivos. -----

Para quem detém os Corpos de Bombeiros e para quem comanda estes homens e mulheres as dificuldades são muitas. -----

Este verão de 2017 veio dar realce aos diversos alertas que ao longo dos anos têm sido feitos pelos Bombeiros Voluntários. A Liga dos Bombeiros Portugueses nunca se cansou de chamar à atenção os diversos governos para o facto do sistema nacional de proteção civil estar falido, caduco e inoperante. Ninguém ligou para necessidade dos Bombeiros Voluntários terem um Comando Nacional próprio, que conheça o terreno, os homens e mulheres que nos teatros operacionais dão o seu melhor. Que conheça as dificuldades do combate, as técnicas e os equipamentos disponíveis. ----

Mesmo assim os nossos Bombeiros Voluntários não desmobilizam perante as dificuldades, as incompreensões e os sucessivos atos de ingratidão. Eles estão lá porque acreditam serem necessários e porque a população, sua razão única de existir, os acarinha e reconhece o seu valor e importância. -----

Nestes termos propomos que a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão aprove: -----

1.- um voto de louvor dirigido a todos os bombeiros voluntários de Portugal, em sinal de agradecimento e reconhecimento da importância desta estrutura no âmbito da proteção civil nacional; -----

2.- um voto de recomendação para que o governo tenha em atenção as achegas dadas pela liga dos bombeiros portugueses e reflita seriamente se quer abandonar uma estrutura centenária para a qual concorreu financeiramente durante muitos anos desprezando o conhecimento adquirido e o grande exemplo humanitário que está honrosamente espelhado nos corpos de bombeiros voluntários de Portugal. -----

3.- que desta decisão, a mesa da assembleia, dê conhecimento às três associações humanitárias/corpos de bombeiros do concelho e às entidades abaixo descritas: -----

- Federação de Bombeiros do Distrito de Braga; -----

- Liga dos Bombeiros Portugueses;-----

- Autoridade Nacional de Proteção Civil;-----

- Ministro da Administração Interna;-----

- Primeiro-ministro;-----

- Grupos Parlamentares Com Assento na Assembleia da República; -----
- Presidente da Assembleia da República;-----
- Presidente da República”. -----

 ---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – A CDU pretende aqui reformular uma pequena parte do texto da moção lida e que constitui-se no seguinte:-----

---no primeiro item das considerações reformulava-mos, “ os fogos florestais em Famalicão têm alguma dimensão na época de verão facto que justifica tomarem-se as medidas cautelares de proteção da floresta”. -----

---no segundo item passaria a ler-se da seguinte forma: - “ que essas medidas passam pela necessidade de ativação de meios humanos com formação adequada”, depois continuaria o seguimento do texto da moção sem alterações.-----

---**PAULO PINTO (PS)** – Relativamente ao voto de louvor e de recomendação aos Bombeiros, apesar da provocação de alguns considerandos explanados no mesmo, frisar que dado o teor fundamental do mesmo o Partido Socialista irá votar favoravelmente. -----

---**HÉLDER PEREIRA (CDS/PP)** – Eu gostaria de fazer aqui uma pequena intervenção, relativamente ao voto de congratulação pela nomeação do Ministro Mário Centeno como Presidente do Eurogrupo. Dizer que, concordamos efetivamente, que é importante que um português chegue a um cargo desta dimensão ao nível da Comunidade Europeia, mas também não podemos esquecer que o senhor Ministro já começou mal. E começou mal, porque disse, por exemplo, que terá dois critérios diferentes, um como Presidente do Eurogrupo e outro como Ministro. E só para terem ideia senhores Deputados, hoje um jornal alemão disse exatamente isto, “ que Mário Centeno será o rato que não ruge”. Importará saber aquilo que fará Mário Centeno no exercício dessas funções, ou seja, se vai por um lado proteger aquilo que é a sua ideia em Portugal, ou se exercerá de forma restrita as funções que lhe foram confiadas a nível Europeu. Uma coisa é certa, até hoje, quem decidiu o rumo do Eurogrupo, nem será Mário Centeno nem foi o anterior Presidente do Eurogrupo, foi sempre o Ministro das Finanças Alemão e o Ministro das Finanças Francês. Portanto, iremos abster-nos relativamente a este voto, mas deixaremos para o futuro e no final do exercício das funções aqui estaremos para avaliar aquilo que foi a prestação do Ministro Mário Centeno.-----

---RICARDO COSTA (CDS/PP) – Muito rapidamente queria dar a orientação de voto por parte do CDS Partido Popular relativamente às propostas e moções apresentadas. Relativamente às duas primeiras, vamos votar a favor. Relativamente à moção apresentada pela CDU, vamos votar favoravelmente. Relativamente à proposta do PS de apoio às Freguesias, vamos votar contra. Relativamente ao voto de congratulação já foi dito. Relativamente às duas propostas do Bloco de Esquerda, vamos votar a favor. E relativamente ao voto de louvor e de recomendação, vamos votar a favor. -----

---JORGE OLIVEIRA (PSD) – Para o mesmo efeito, em nome do Grupo Municipal do PSD, dar a indicação de voto relativamente a cada uma das iniciativas apresentadas. Relativamente à moção da CDU “ Mais e Melhor Floresta e Proteção Contra os Fogos”, iremos votar favoravelmente. A proposta de recomendação do Bloco de Esquerda para “Apoio a crianças com necessidades especiais”, terá também o nosso voto favorável. De igual modo iremos votar a moção do Bloco de Esquerda quanto ao “apoio aos trabalhadores do Grupo Ricon”. No entanto, não deixamos de salientar, que este nosso voto é efetivamente uma manifestação de solidariedade para com os trabalhadores do Grupo Ricon. É também, no sentido de recomendar, na medida do possível, que a Câmara Municipal, que julgamos já está a fazer, enfim, utilize a sua influência junto das entidades competentes, seja do Governo, seja da Administração Central, seja da própria Administração do Grupo Ricon para chegarmos a bom termo. Já não podemos acompanhar apesar de votarmos favoravelmente, uma manifestação contra o encerramento da empresa. Porque isso não é um direito que assiste a esta Assembleia ou aos particulares, ou aos famalicenses, esse é um direito que assiste aos credores da empresa. Nós naturalmente não estamos a falar de uma empresa pública ou com participações de capitais públicos, mas de uma empresa 100% privada. No entanto, insistimos, o nosso voto será favorável com esta ressalva relativamente à parte final do nº1. Quanto ao voto de congratulação da eleição de Mário Centeno, Ministro das Finanças, para Presidente do Eurogrupo. É verdade que, este é um reconhecimento da credibilidade internacional de Portugal nos domínios económico-financeiros, e que demonstra a correção da linha política seguida pelo Governo, e já agora, da recuperação também da credibilidade internacional alcançada por ação do anterior Governo, nomeadamente, quando foi capaz de cumprir um duríssimo programa de ajustamento económico-financeiro, quando foi capaz de conduzir Portugal para uma saída limpa, quando

foi capaz de reduzir as taxas de juro para valores históricos mínimos, quando foi capaz, muito importante, de reduzir o défice de 12% para 3%. De facto, hoje não falamos em défices excessivos, isso só foi possível porque há esta redução de 12%, insisto, de 12% para 3%. Não é de 3% para 2,6%, ou de 2,6% para 1,5%, que é um valor muito importante e naturalmente também saudámos. Mas a eleição do Doutor Mário Centeno para Presidente do Eurogrupo, não é, não é o reconhecimento da União Europeia de que era possível fazer diferente, não é não senhor! Nem é o reconhecimento de que era possível fazer diferente devolvendo rendimentos às pessoas, pôr a economia a crescer mantendo e melhorando aquela que é a qualidade das próprias finanças públicas, não é nada disso! E os senhores Deputados sabem que não é nada disso. Mas a eleição de Mário Centeno é importante para o País, porque reforça, como aqui foi dito, a imagem de credibilidade externa de Portugal, e isso é importante. E só por miopia política alguém poderia dizer o contrário, e só por sectarismo político poderia votar contra este voto, e nós por isso, nesse sentido iremos votá-lo também favoravelmente apesar das reservas que aqui expressamos relativamente a alguns dos seus considerandos. Finalmente, quanto à proposta de apoio às Freguesias também ela apresentada pelo Partido Socialista, o nosso voto é contra, é contra por duas ou três ordens de razões. Em primeiro lugar é, porque todos os apoios prestados pela Câmara Municipal às Juntas de Freguesia são públicos e são públicos, porque resultam de uma deliberação camarária. São públicos, porque regularmente o senhor Presidente da Câmara Municipal, informa a Assembleia Municipal desses mesmos apoios. E por isso, não percebemos a proposta que aqui nos é apresentada nessa medida. Quanto à segunda parte da proposta, que a Assembleia Municipal tenha conhecimento de todos os pedidos formalizados pelas Juntas de Freguesia em matéria de apoios que necessita da Câmara Municipal em diferentes graus. O Partido Socialista sabe e sabe muito bem que esta proposta é inviável do ponto de vista procedimental, sabe que é inviável. Sabe que é inviável, porque estes Presidentes de Junta apresentam os mais diversos pedidos junto à Câmara Municipal, mas não é na pessoa do senhor Presidente da Câmara, não é centralizado, é dirigido aos diferentes Vereadores dos departamentos e não é possível estabelecer hoje um registo único e cronológico desses pedidos de entrada. Mas o Partido Socialista também sabe, se quiser saber quais foram os pedidos que a Junta de Freguesia a, b, c, d, e ou f, apresentou à Câmara Municipal é muito simples, socorre-se da pergunta regimental a que tem direito e terá a resposta. O que o

Partido Socialista quer é fazer uma coisa diferente, o Partido Socialista parte da suspeição da atividade da Câmara, parte da suspeição de que é uma atitude discriminatória por parte da Câmara Municipal, mas não há! E por isso, quanto mais não fosse, isto já seria um motivo suficiente para votarmos contra. -----

---LUÍS MONIZ (PS) – A nossa proposta e procurando esclarecer o teor da mesma, senhor Deputado, Jorge Paulo Oliveira, a primeira parte da nossa proposta decorre de uma votação que houve na última Assembleia Municipal, este ponto foi votado na última reunião da Assembleia Municipal, só me limitei a transcrever, por isso, nós votamos todos favoravelmente a que semestralmente fosse dado conhecimento de todos os pedidos aprovados pela Câmara Municipal de apoios concedidos às Freguesias. Por isso não percebi o teor da sua intervenção relativamente a este ponto. O segundo ponto, senhor Deputado, tem a ver com um simples facto, não só são importantes os apoios concedidos, como também todos aqueles pedidos, com certeza fundamentados, pelos Presidentes de Junta e que tendem a ser importantes para as suas Freguesias mas que não foram alvo de apoio. É importante para os Presidentes de Junta conseguirem justificar junto das suas populações todas aquelas obras, todas aquelas situações, que podiam potenciar a qualidade de vida dos seus fregueses junto da Câmara Municipal, mas que não tiveram ainda a oportunidade de virem a ser aprovadas. Senhor Deputado, é muito difícil um registo de todos os pedidos dos Presidentes de Junta à Câmara Municipal? Com certeza que não! Nós não estamos a depreender que o Presidente de Câmara tenha o registo de todos, mas os serviços municipais conseguem e com certeza o gabinete de apoio às Freguesias ou a parte do pelouro das Freguesias, detém a informação de todos os pedidos que são formalizados pelos senhores Presidentes de Junta, o que nós pretendemos é que eles fossem tornados públicos. Senhor Presidente, nós não aceitamos, e senhor Deputado, Jorge Paulo Oliveira, nós não aceitamos esta manifestação de intenção por parte dos votos apresentados pelos Deputados do Partido Socialista, nós não partimos de qualquer suspeição, queremos é garantir a transparência de todos os apoios que são conseguidos e de todos os apoios que não são concedidos ainda que merecedores de aprovação. Por isso, se quem tem medo dessa transparência é que está a colocar uma suspeição perante aquilo que a Câmara é ou não capaz de fazer. Senhor Presidente, senhores Deputados, este é um voto que na altura da discussão na última Assembleia Municipal ficamos de o apresentar. Só o formalizamos porque os senhores

Deputados não se sentiram confortáveis pela votação na última reunião da Assembleia Municipal, formalizamo-lo hoje e sinceramente entendemos que, era um voto muito tranquilo para todos, porque corresponde apenas a nós conseguirmos declarar a esta Assembleia Municipal quais as propostas que foram feitas pelos senhores Presidentes de Junta. Infelizmente, não colheu a votação por parte da bancada do CDS/PP e do PSD. Permitam-me por fim, dizer que não conseguimos perceber, o senhor Deputado, Jorge Paulo Oliveira, utilizou uma expressão que eu entendo que é forte, dizendo que: - “só os partidos sectários é que não votariam favoravelmente o voto de congratulação pela indigitação de Mário Centeno para Presidente do Eurogrupo”, eu não vou tão longe, mas custa-me enquanto português perceber, como é que é possível não votar favoravelmente um voto que pretende apenas reconhecer, eu disse senhor Deputado, Jorge Paulo Oliveira, que o PSD fê-lo. Mas custa-me a perceber, como é que há outros Grupos Municipais que não votam favoravelmente um voto que apenas pretende reconhecer a eleição de um português para Presidente do Eurogrupo.-----

---POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE CONGRATULAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO CDS/PP E PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD RELATIVAMENTE À CLÍNICA DA MULHER E DA CRIANÇA, FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE. -----

---POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE CONGRATULAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO CDS/PP E PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD RELATIVAMENTE À CONDECORAÇÃO ATRIBUÍDA AO DR. JOSÉ MANUEL GONÇALVES DE OLIVEIRA COMO COMENDADOR DA ORDEM DO MÉRITO, FOI O MESMO APROVADO, POR MAIORIA, COM SESSENTA E OITO VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO. -----

--- POSTA À VOTAÇÃO A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU RELATIVAMENTE A MAIS E MELHOR FLORESTA E PROTEÇÃO CONTRA OS FOGOS, FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE. -----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA RELATIVAMENTE AO APOIO ÀS FREGUESIAS, FOI A MESMA

REJEITADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E SETE VOTOS CONTRA E TREZE VOTOS A FAVOR.-----

--- **POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE CONGRATULAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA RELATIVAMENTE À ELEIÇÃO DE MÁRIO CENTENO PARA PRESIDENTE DO EUROGRUPO, FOI O MESMO APROVADO, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR E SETE ABSTENÇÕES.**-----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO BLOCO DE ESQUERDA RELATIVAMENTE AO APOIO A CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.**-----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO BLOCO DE ESQUERDA RELATIVAMENTE AO APOIO AOS TRABALHADORES DO GRUPO RICON, FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.**-----

--- **POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE LOUVOR E DE RECOMENDAÇÃO APRESENTADO PELOS GRUPOS MUNICIPAIS DO PSD E DO CDS/PP RELATIVAMENTE AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS PORTUGUESES, FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE.**-----

---**HÉLDER PEREIRA (CDS/PP)** – Fez uma declaração de voto do seguinte teor:-----

---Vou fazer declaração de voto relativamente à abstenção do Grupo municipal do CDS/PP no voto de congratulação da eleição do Ministro Mário Centeno para Presidente do Eurogrupo. Dizer apenas, não somos sectários nem cegos, somos é coerentes e lemos o que está aqui no texto. Nós, e comecei a minha intervenção dizendo, que reconhecemos e bem a nomeação do Ministro para Presidente do Eurogrupo, agora não concordamos com os pressupostos que os senhores utilizam para congratular essa nomeação. Nomeadamente, quando dizem que a eleição de Mário Centeno é o reconhecimento da União Europeia de que era possível fazer diferente e uma vitória do atual

Governo. Não foi por isso que o Ministro Mário Centeno foi eleito, foi eleito exatamente porque desde 2011 em Portugal se passou a fazer diferente. Diferente daquilo que desde 2005 levou o País à banca rota.-----

--- Terminado o período de Antes da Ordem do Dia, passou-se de imediato ao período da: -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

--- **PRIMEIRO PONTO** – *INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D)* -----

---**ADELINO MOTA (BE)** – Senhor Presidente, se tivesse sido aprovada a proposta apresentada pelo Partido Socialista, relativamente às informações dos pedidos e solicitações à Câmara Municipal, provavelmente eu não teria vindo cá fazer uma pergunta como a que vou fazer. A Câmara atribuiu à Freguesia de Riba D’Ave uma verba de 26 mil euros, com o objetivo de realizar obras na rua 1º de maio. Os senhores recordar-se-ão que na última Assembleia que tive oportunidade de cá estar, de ter chamado à atenção do estado degradante em que aquela rua estava. De qualquer das maneiras posteriormente a isso, a Câmara Municipal decidiu atribuir a referida verba. Suponho e faço a pergunta ao senhor Presidente, que a Câmara quando dá uma verba para a Junta da Freguesia faz o acompanhamento da obra. O que acontece naquela obra, é que a pavimentação da rua ficou num estado ainda pior do que aquele em que se encontrava. O que eu quero perguntar ao senhor Presidente da Câmara, é se o senhor Presidente vai junto da Presidente de Junta da Freguesia de Riba D’Ave para forçar o empreiteiro a pôr a rua em condições? A rua ainda não tem três meses de conclusão, ou terá três meses e dez dias de conclusão, está uma parte significativa da rua num estado totalmente degradado. Nos dias de chuva não se consegue passar lá a pé com charcos de água se forem a transitar carros. Portanto, a minha pergunta é muito simples, se a Câmara Municipal vai obrigar o empreiteiro, visto que o dinheiro é da Câmara Municipal e no fundo é dinheiro de todos nós, se vai obrigar o empreiteiro a pôr aquela rua em condições. Para que não existam dúvidas daquilo que eu digo, eu tirei lá uma fotografia hoje para entregar ao senhor Presidente da Câmara e para ver em que estado a rua se encontra. -----

---**PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE RIBA D’AVE** – Depois da intervenção do senhor Deputado, Adelino Mota, sinto-me na obrigação de esclarecer o que

se passa na rua a que se refere. A rua foi requalificada, parte da rua, não foi totalmente requalificada mas o que falta requalificar é muito pouco, fizemos o alargamento da rua e transita-se muito bem naquela rua. Ainda hoje transitei lá, por isso, é impossível que se verifiquem tantos charcos de água como o senhor Adelino Mota acabou de referir. Também posso adiantar, que já encetei conversações com o senhor Vereador das Freguesias para fazermos a conclusão da requalificação daquela rua.-----

---ADELINO MOTA (BE) – Senhor Presidente da Assembleia, trata-se no fundo um pouco da defesa da honra. Eu trouxe a fotografia para mostrar, eu não viria cá dizer que a rua estava numa situação degradante se não fosse verdade, se eu não tivesse passado lá. Eu passo lá todos os dias e tirei a fotografia hoje, ela pode ser vista pelo senhor Presidente da Câmara e por quem quiser ir lá a Riba D’Ave. Portanto, não é verdade o que a senhora Presidente de Junta de Riba D’Ave aqui diz, que diz que a estrada está em condições, não é verdade. Não é verdade que a estrada tenha sido alargada, o que se verificava naquela rua é que havia espaços que não passavam dois carros, e continua a não passar dois carros em paralelo. O que aconteceu naquela rua, é que havia uns 20 metros de terra e a Câmara retirou a terra e colocou paralelo, não houve alargamento nenhum. A rua, infelizmente, está pior do que estava anteriormente e portanto, eu não deito responsabilidades à senhora Presidente de Junta, deito responsabilidades ao senhor Presidente da Câmara, a Câmara é que deu o dinheiro, a Câmara devia fiscalizar a obra. Aliás, só um pormenor, dizer que no dia em que os funcionários da Câmara precisarem de ir anular um contador de água em algumas habitações, vão ter de alagar a rua porque o portazinho que dá acesso ao contador uma parte dele foi tapado pela pavimentação da rua. Não vale apenas estarmos aqui a falar, a não ser que marquemos e eu estou disponível para isso, amanhã irmos lá à rua e ver a situação em que ela está.-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – O senhor deputado, Adelino Mota, trouxe aqui uma questão, naquilo que é substancial a senhora Presidente de Junta já respondeu. Eu devo dizer o seguinte caso o senhor Deputado não saiba, o dono da obra é a Junta de Freguesia não é a Câmara Municipal. A Câmara Municipal concede um apoio financeiro é assim que funcionam os apoios em todas as Freguesias, mediante um plano de trabalhos para executar numa determinada infraestrutura, no caso uma via, poderia ser outra

coisa qualquer. A única coisa que Câmara Municipal avalia primeiro é a necessidade, a pertinência, a justificação da intervenção, essa avaliação foi feita *A priori*, antes do apoio. *A posteriori*, depois do apoio, a única coisa que a Câmara Municipal verifica antes do pagamento do montante é se a obra foi executada conforme o que estava programado, ponto, senhor Deputado. O dono da obra não é a Câmara Municipal, o dono da obra é a Freguesia. Quem contrata a empresa, quem fiscaliza a execução do contrato não é o Município, é a Freguesia. É assim que funciona a autonomia, senhor Deputado, as Freguesias são autónomas em relação ao Município e uma das formas de evidenciar a autonomia é deixando à Freguesia aquilo que é tarefa da Freguesia. Portanto, se está em causa uma boa ou má execução, que eu não estou a dizer que a obra foi bem ou mal executada, não chego a essa conclusão pelas fotografias que me trás, vejo que há aqui água acumulada mas pode ser uma questão circunstancial, não vejo mais que isso. A única coisa que eu devo dizer, é que do ponto de vista da Câmara Municipal, a Câmara Municipal cumpre escrupulosamente os pressupostos, que é, avalia previamente a intervenção e o pagamento é feito em função da execução das tarefas que estavam programadas, ponto. Tudo o que diz respeito à boa ou má execução, à contratação da empresa, é uma tarefa da Freguesia, não é uma tarefa da Câmara Municipal senhor Deputado. -----

---**LUÍS MONIZ (PS)** – Permitam-me só fugir um pouco da Ordem de Trabalhos, senhor Presidente da Assembleia, gostaria de questionar o porquê de hoje não estar a ser transmitida esta sessão da Assembleia Municipal, era apenas uma curiosidade, tem sido prática nas últimas Assembleias e gostava de saber porque é que hoje não está a ser feito, se há alguma razão ou motivo para tal. Depois e indo concretamente à Ordem de Trabalhos, pergunto ao Presidente da Câmara. Senhor Presidente, nós não queremos ser acusados de sectarismo e por isso não apresentamos mais um voto de congratulação à atuação do Governo, mas era merecido e estávamos expectantes se outras bancadas o apresentariam, mas não o fizeram. E por isso, senhor Presidente, não gostaria de deixar passar em claro que a Estrada Nacional 14 vai finalmente entrar em obras em Famalicão. E isso foi reconhecido pelo senhor Presidente de Câmara enquanto tal, dizendo e registando com satisfação o envolvimento da Administração Central na resolução do problema. Depois também dizendo, que é uma etapa de grande relevo para Famalicão, que há mais de 25 anos espera legitimamente uma

intervenção estrutural na Nacional¹⁴. Senhor Presidente, é caso para dizer, que é melhor Presidente de Câmara do que Presidente do PSD, porque curiosamente o PSD manifestou a maior desconfiança pelo início das obras na Nacional¹⁴. Por isso, senhor Presidente, regozijo-o por ser melhor Presidente de Câmara do que é Presidente do PSD porque a desconfiança passou e bem, à concretização de uma obra que era um legítimo anseio dos famalicenses. Depois senhor Presidente, esta é a primeira reunião da Assembleia Municipal ordinária, por isso é altura também de questionar sobre as poucas ações de que teve oportunidade de realizar enquanto Presidente de Câmara reeleito. E senhor Presidente, é um facto que, teve uma vitória estrondosa, é um facto que, teve e tem todas as condições para governar. Mas também é um facto que, tomou duas das piores decisões de que há memória na democracia famalicense e tomou uma, é uma escolha legítima com a qual nós não concordamos e que tem a ver com o número de Vereadores, é uma escolha sua, é uma opção sua. Disse na reunião de Câmara, que o que conta é os custos e não o número de Vereadores, para isso senhor Presidente, terá que haver uma diminuição dos custos dos membros dos gabinetes, das prestações de serviço que curiosamente tem vindo a aumentar ano após ano. Mas ficamos expectantes sobre o que vai ser o futuro em termos de gastos dos gabinetes e do Executivo Municipal. Senhor Presidente, uma outra, não me parece legítima e quando esta maioria foi das maiores maiorias, foi uma vitória esmagadora, não deixa de ser um sinal que a primeira medida que toma é reduzir, restringir o direito dos Vereadores a poderem livremente expor as suas posições nas reuniões de Câmara. Não há memória de uma restrição deste nível e não há razões objetivas para que ela tenha ocorrido, a não ser que a Câmara tenha medo do confronto, tem medo que os Vereadores expressem no Órgão próprio aquelas que são as suas posições e são também as posições de quem votou no Partido Socialista. Senhor Presidente, numa altura em que tem a maior vitória, concede a Famalicão a pior das derrotas que é a restrição de um direito legítimo dos Vereadores se poderem manifestar numa reunião de Câmara, isso deve entristecer todos os famalicenses, inclusive aqueles que votaram nesta maioria. Custa-me pessoalmente, exerci até há bem pouco tempo o lugar de vereação, não tenho memória de alguma reunião que tivesse sido prejudicada pelo exercício do contraditório, nenhuma reunião demorou sete horas, conseguimos sem restrição e louvando muitas das vezes a capacidade que o senhor Presidente tinha de gestão dos

tempos, nunca houve nenhum problema que justificasse esta restrição do tempo. Senhor Presidente, não é assim que vamos construir a democracia em Famalicão -----

--- **JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Senhor Presidente, também fugindo um pouco à Ordem de Trabalhos, abusando da tolerância do senhor Presidente da Assembleia Municipal para retomar ao ponto anterior e aos apoios às Freguesias, para repor a verdade. Eu não estive presente na última reunião da Assembleia Municipal e portanto, desconhecia aquilo que se passou relativamente à questão da proposta apresentada no período de Antes da Ordem do Dia pelo Partido Socialista. Fui agora informado pela minha bancada e que me forneceu inclusivamente a ata sobre aquilo que se passou. O que se passou é que na anterior reunião senhor Deputado, Luís Moniz, não foi apresentada nenhuma proposta. E o que disse a bancada, o que disse o Líder da minha bancada é concretamente o seguinte: página 35- da ata, “**Álvaro Oliveira disse:** Eu penso que de facto a proposta, se lhe pode chamar proposta, do Partido Socialista, não é mais do que o levantamento de uma suspeição. E quanto a essa suspeição, nós temos aqui os senhores Presidentes de Junta que livremente podem perante esta casa, perante a Assembleia Municipal, podem fazer qualquer reserva e qualquer situação menos clara ou rigorosa que a Câmara pratica. Nunca vi, nunca senti um senhor Presidente de Junta coartado nos seus direitos nesta casa ou na Câmara Municipal. Isto é um ponto. Mas se o Partido Socialista gostaria de levar este ponto a sério, teria que o fazer em termos de proposta. Faz em termos de substância. Nós estamos aqui a discutir propostas. A proposta é uma proposta concreta que assenta de uma deliberação unanime da Câmara Municipal, e portanto eu acho que nos estamos a perder numa discussão que não é séria.”---

JORGE OLIVEIRA (PSD) – De facto, não foi apresentada rigorosamente nenhuma proposta, razão pela qual não foi votada. E era importante ter esse esclarecimento. -----

Agora sim, senhor Presidente, voltando ao tema que aqui nos trouxe e também na sequência da intervenção do senhor Deputado, Luís Moniz, relativamente à Estrada Nacional 14. Senhor Deputado, Luís Moniz, contava naturalmente, estava expectante quanto à eventualidade dos Grupos Municipais da maioria do PSD e do CDS/PP apresentarem um voto de congratulação ao Governo. Olhe senhor Deputado! Eu estava à espera que o Partido Socialista apresentasse um perdão aos Grupos Municipais da maioria! Sim, um perdão! Porque o Partido Socialista, senhor Deputado, a propósito a Estrada Nacional 14 e do

projeto que agora está em vias de ser concretizado, sempre disse que a Câmara Municipal de Famalicão não tinha capacidade reivindicativa, não tinha espírito de cooperação e de colaboração com as entidades da Administração Central. Não era uma Câmara Municipal reivindicativa, não era uma Câmara Municipal afoita, era uma Câmara Municipal resignada. O mesmo Partido Socialista, sempre foi contra o projeto que apresentado em 2005 e concursado, depois disso naturalmente, o atual Governo deixou cair. E o Partido Socialista foi mais longe, não apenas foi contra o projeto que agora está a ser executado e que é rigorosamente o mesmo, que foi metido na gaveta nos últimos dois anos e disse o quê a propósito deste projeto que agora tanto ova nas palavras, como disse agora o Deputado, Luís Moniz. Dizia o Deputado, Fernando Moniz, deste projeto:- “eis a futura variante do nosso contentamento, que aceita sem luta a sua negação de 100 milhões de euros ao nosso Município” fim de citação. Dizia o Deputado, Paulo Pinto:- “esta não é uma variante, esta é uma substituição à variante, esta é apenas a versão b) da Estrada Nacional 14. Mas nós, um dia seremos Governo e nós um dia iremos fazer, isso sim, a verdadeira variante à Estrada Nacional 14”. O Deputado, André Costa:- afiançava não poder ser executada esta obra faseadamente”. Afinal está a ser executada faseadamente! “Dizia ele:- que o Ministério do Planeamento e Infraestruturas está a elaborar os estudos necessários para o lançamento da obra em simultâneo dos três troços previstos, tudo ao mesmo tempo”. Afinal é faseadamente! Dizia ainda o Deputado, Vítor Pereira, em nome do Partido Socialista:- “aceitar este projeto, é miopia política, é covardia política”. Dizia ainda o Deputado, Nuno Sá:- “este não é um projeto, é um *projetinho* que não serve para nada, nem a economia, nem a população, nem a mobilidade social. Este é um projeto que o Partido Socialista reprova”. Afinal este é o projeto que o Partido Socialista aplaude! -----

Mas senhor Presidente, permita-me a este propósito fazer uma pergunta porque eu acho que é interessante. De facto, se não fosse a capacidade reivindicativa da Câmara Municipal, não fosse o seu espírito de colaboração, de cooperação e até do ponto de vista financeiro, esta obra não teria avançado seguramente! Mas aqui vale a pena fazer a seguinte pergunta, a Câmara Municipal participa financeiramente nesta obra, que é da responsabilidade da Administração Central e não da Administração Municipal, que fique bem claro. Já agora, qual é a percentagem que o mesmo Governo do Partido Socialista, concede para a

construção da via de acesso ao *Avepark* em Guimarães? É a mesma percentagem que para Famalicão! Os senhores Deputados do Partido Socialista já indagaram? Sabem porventura, quanto é a comparticipação lá e quanto é a comparticipação cá? Ou de uma Câmara que é Socialista e uma Câmara que é Social-democrata e Popular, já se interrogaram? Era bom que se interrogassem! E já agora, senhor Presidente, o Governo Socialista, o Governo da República, atribuiu à Plataforma das Artes da Câmara Municipal de Guimarães, que é Socialista, um subsídio para apoio às atividades daquela instituição cultural de 300 mil euros! É verdade, ainda não está pago, será pago por estes dias segundo o senhor Ministro. E à Casa das Artes em Famalicão, quanto dinheiro deu o Estado? Quanto pretende subsidiar a nossa instituição cultural? E podíamos falar de outros equipamentos no distrito. Quanto dinheiro deu o Governo para estes equipamentos no distrito? Algum dia deu a Famalicão? Pretende dar? Senhor Presidente, foi-lhe prometido algum subsídio para a Casa das Artes em Famalicão à semelhança do que aconteceu com a Plataforma das Artes em Guimarães? É pergunta também que gostaríamos de deixar ficar! -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Procurando ser direto e conciso relativamente às perguntas do senhor Deputado, Jorge Paulo Oliveira, sobre os apoios à Cultura. Senhores Deputados, a Câmara Municipal Vila Nova de Famalicão, não recebeu nenhum tipo de apoio em relação às atividades culturais, quer em relação à Casa das Artes que aqui foi citada quer a qualquer outra, nomeadamente à Rede de Museus e temos Museus que fazem parte da Rede Nacional, apesar disso não temos qualquer tipo de apoio estatal relativamente às atividades aí realizadas. -----

Quanto aos apoios para a construção das vias, há que registar que, nestas duas etapas que são do conhecimento público, o envolvimento da Câmara Municipal andarà perto dos 2 milhões de euros e não é possível quantificar exatamente, porque uma parte considerável diz respeito ao custeio com expropriações e como sabem essa parte é impossível determinar com rigor previamente, logo veremos, mas estimamos que o envolvimento da Câmara Municipal seja de 2 milhões de euros. Ora, sabendo que o envolvimento estatal está orçado em 3.3 milhões, não me atrevo aqui a fazer as contas, mas é fácil perceber qual é a percentagem do envolvimento Municipal no custo global nestas intervenções. Se somarmos temos uma

intervenção acima de 5 milhões de euros e a Câmara Municipal suportará cerca de 2 milhões de euros. -----

---Sobre a questão que aqui citou, senhor Deputado, eu tenho conhecimento de protocolos que penso que são públicos, se não estão assinados as minutas foram aprovadas em reunião de Câmara de Guimarães que é pública, onde o Estado assume 85% de investimentos de muitos milhões de euros. Não vou estar aqui a minorizar o investimento em Guimarães, mas tenho a certeza que o investimento privado que estará associado ao investimento público que foi anunciado em Famalicão, é muito considerável, repito sem menosprezar o projeto do *Avepark*, a nossa zona sul, a chamada zona empresarial sul de Famalicão tem uma capacidade de produção, de empregabilidade, de exportação, muito superior à do *Avepark* parece-me absolutamente inquestionável. Sendo que e repito, que é público, o envolvimento estatal no caso de Guimarães é de 85%. -----

---**LUÍS MONIZ (PS)** – Não deixa de ser curioso no decurso da conversa desta reunião, que sejam levantadas suspeições por favorecimentos por parte do Governo a Autarquias que sejam do PS e outras que sejam do PSD e do CDS/PP como aqui acabou de ser feito, não deixa de ser curioso. Mas passado isso à frente, não deixa de ser curioso e é bom que fique registado.-----

---Senhor Presidente, eu gostaria e já que estamos em reprodução de afirmações, dizer que, - “o anúncio feito pelo 1º Ministro no início da construção da variante alternativa à EN14 suscita-nos a nossa maior desconfiança”, quem disse isto, o Deputado Jorge Paulo Oliveira. Depois, dizendo que, senhor Deputado, as atas servem e já que são feitas citações que sejam feitas na sua totalidade. E na última reunião da Assembleia Municipal, a minha intervenção foi no seguinte teor: - “ para que total transparência exista, solicitamos que seja aditado uma alteração a esta deliberação, no sentido em que o órgão executivo para além de informar o órgão deliberativo do município de todos os apoios dados às freguesias, que seja dado conhecimento de todos os pedidos que sejam formulados pelos Presidentes de Junta”, disse isso na última reunião da Assembleia Municipal. E disse mais: - “senhor Presidente, se a questão é formal, e parece-me que o senhor Presidente de Câmara estava a apelar ao não formalismo, mas se a questão é formal nós vamos apresentar uma proposta na reunião desta Assembleia e quero ver, senhor Deputado, qual vai ser o sentido de voto desta maioria. Mas

se não quiserem formalizar, aceitem já a nossa intervenção”, foi isto que eu disse na última reunião da Assembleia Municipal. -----

---LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA (Presidente da Assembleia Municipal em exercício) –

Senhor Deputado, Luís Moniz, a Mesa obviamente, tem aqui que ajuizar que não há proposta efetiva, isso é inequívoco, agora relativamente ao restante, são meras retóricas que aqui não são relevantes. Do ponto de vista formal e jurídico não houve nenhuma proposta. -----

--- JORGE OLIVEIRA (PSD) – Senhor Deputado, Luís Moniz, não são suspeições são afirmações. Eu afirmo o tratamento discricionário e discriminatório, sem qualquer reserva, e digo de uma forma frontal à frente de todos. Há facto claramente, e os factos assim o comprovam, há um tratamento discriminatório. Quando a Plataforma das Artes recebe 300 mil euros e mais nenhuma instituição do género no distrito recebe uma comparticipação, não desse montante mas de um outro montante qualquer, oh! Senhor Deputado, só podemos concluir que os outros equipamentos estão a ser discriminados, não pode ser outra a conclusão! Quando uma infraestrutura rodoviária tem comparticipações diferentes tratando-se da mesma matéria e para o mesmo fim, naturalmente que, a conclusão só pode ser uma, há aqui uma discriminação. E é um facto que, a Câmara de Guimarães é do Partido Socialista e é um facto que, a Câmara Municipal de Famalicão é do PSD e do CDS/PP, são factos senhor Deputado. As minhas afirmações resultam desses factos.-----

---Diz o senhor Deputado, recuou às minhas declarações, enquanto vice-presidente da Comissão Política do PSD, sobre a Estrada Nacional14, disse e recordou e recordou bem, o PSD desconfiava da bondade. E sabe por que é que desconfiava senhor Deputado, vou-lhe explicar o porquê. Como é do vosso conhecimento também, o anterior Governo, inseriu este projeto no chamado projeto prioritário no âmbito do PETI 3+, que era definido como intervenção de médio e longo prazo num plano de infraestruturas de Portugal SA, ato contínuo concertou com os autarcas e empresários desta região a melhor solução, a melhor solução do ponto de vista técnico-financeiro face às dificuldades que o País atravessava. Assinou em junho de 2015 o contrato de desenvolvimento do projeto, cabimentou e concursou a obra em 28 de setembro de 2015, iniciou o processo de expropriações bem como, os estudos e projetos para as demais fases. O que é que o Governo disse apesar de ter tudo isto feito, o que é que diz o atual Governo? -----

---Começou por dizer que não havia projeto, que apenas se encontravam *PowerPoint's*, -----

---Que a obra não estava cabimentada. -----

---Que os partidos da oposição tinham que lá especificar quais eram os impostos que queriam subir, ou os rendimentos que queriam cortar às famílias para arranjar o dinheiro para essas obras. -----

---Que a obra tinha de ser feita integralmente.-----

---Que depois a obra já não podia ser feita porque faltava o estudo de impacto ambiental.----

---Depois vêm dizer que afinal já podia ser feita faseadamente, mas o estudo do impacto ambiental não estava feito e não estava feito o concurso para a sua abertura, tinha sido vejam lá, cancelado pelo próprio Governo. O governo em vez de adjudicar a prestação de serviços para a feitura do estudo de impacto ambiental suspendeu isso, e depois ficou muito admirado porque é que ele não estava feito! -----

---E acha que, perante tudo isto, depois de tudo isto, repare bem, senhor Deputado, desde junho. Repare bem naquilo que lhe vou dizer, eu tenho de intervenção 48s. Desde junho de 2016, que é a 1ª fase da obra, que está em condições de ser adjudicada, está tudo prontinho. Sabe, até foram selecionados os 3 concorrentes finais dos 21 admitidos, os relatórios estão feitos, nós até já sabemos quem era a empresa que eventualmente poderia ganhar. -----

---O que é que foi feito desde junho até agora? Não foi feito nada, senhor Deputado! E acha que nós tínhamos perante todos estes factos condições de acreditar na palavra do seu Governo? Tenha paciência, não é de ânimo leve como deve imaginar.-----

---**ARMINDO GOMES (CDS/PP)** – Doutor Luís Moniz, com todo o respeito que tenho por si e tem por mim, eu sei que tem. A Nacional 14 é um investimento do Governo, este investimento dá lucro para o Estado, para o Governo. Facilita aos famalicenses, principalmente às empresas de transportes, vão adquirir mais lucro, vão fazer aquele percurso em menos tempo, ao ter mais lucro o Estado vai recuperar com isto. A Nacional 14 já vem, na altura eu era Presidente de Junta de Calendário, identificando os proprietários e já estamos a falar há oito ou doze anos atrás sensivelmente, portanto, eu considero que, a Nacional 14, e o Estado também faz algumas coisas bem-feitas e esta é uma delas em Famalicão, mas é um investimento em Famalicão que vai ter dividendos disto. -----

---A respeito da eleição dos senhores Vereadores nestas últimas eleições e dos senhores Presidentes de Junta, isto não é por sorteio é por votos, deu a esta maioria estes Vereadores todos. Eu só lhe vou dizer uma coisa que é no nosso País, foi o nosso Governo, o Governo de Portugal, eu não votei nele, mas ele está lá com aquelas negociatas todas, mais as gaiivotas que andam na praia a acasalar a dançar na areia. O que aconteceu é que um Secretário de Estado disse na Assembleia da República, a nossa maioria é que faz a nossa democracia, foi o Secretário de Estado do Partido Socialista que o disse.-----

--- **SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2018 E RESPETIVA PROPOSTA ANEXA, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA A)**-----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Apresentou o documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

--- **PAULO PINTO (PS)** – Exmo. senhor Presidente da Câmara, quando vossa excelência tomou posse, referiu que se iria abrir um novo ciclo, como tal, há quatro anos quando nos apresentou nesta Assembleia aquele que foi o seu 1º Orçamento e Plano de Atividades, recebeu da nossa parte um voto de abstenção porque tínhamos a esperança de que o tal apregoado *novo rumo* realmente viesse a acontecer, de que a prática realmente viesse a corresponder ao discurso bem elaborado e trabalhado desta maioria. No entanto, não durou muito tempo para que Vossa Excelência demonstrasse realmente ao que vinha, esquecendo-se rapidamente do que tinha prometido. A realidade demonstrou e demonstra infelizmente, que além do departamento de *marketing*, que tem demonstrado trabalhar muito bem, o resto, os vícios antigos, as políticas, essas mantêm-se. E irmos agora para o 1º Plano e Orçamento deste mandato, mas agora infelizmente, já não lhe podemos dar o benefício da dúvida, porque Vossa Excelência já o demonstrou de forma clara e evidente ao engano que vem. E senhor Presidente, desengane-se, se pensa que, no futuro os famalicenses vão olhar para os seus mandatos e dar-lhe nota positiva. Porque a ação da sua excelente campanha de *marketing* verdadeiramente profissional, temos que o reconhecer, consegue criar uma ilusão capaz de enganar muita gente, mas a ação dessa campanha de *marketing* tem uma validade de curto prazo, não se prolonga no tempo. O que fica senhor Presidente, são as pessoas, as obras, as ações, que os números retratam muito bem e são aliás o verdadeiro fiel da balança, e como se diz são como o

algodão não enganam. Todos sabemos a sua aversão pelos números, que não podem ser mudados pela ação do seu *marketing*. Podem e deviam ser mudados através de uma mudança de ação e de prioridades para que realmente correspondessem às necessidades dos famalicensenses, mas essa realmente já sabemos, não é a sua área como já o demonstrou. Por muito que o chateie temos de falar de números, quando olhamos para os números deste Orçamento, começamos com uma possível boa notícia, isto porque uma receita baixa isso pode significar que os famalicensenses vão pagar menos impostos. Infelizmente, a ilusão cedo se desvanece, porque a queda das receitas só se deve à queda das receitas de capital, enquanto as correntes continuam a subir, ou seja, aquelas que os famalicensenses pagam simplesmente são cerca de 40% superiores às de 2012, último mandato do seu antecessor, e mesmo 27% superiores relativamente ao seu 1º Orçamento de 2013, 27% superior. Este aumento tem total repercussão nos impostos diretos, senão vejamos, o valor de impostos diretos orçamentados para 2018 é de 44% superior ao que foi orçamentado em 2012 e 20% superior ao de 2013. Senhor Presidente, como é que explica que, desde que chegou a Presidente de Câmara, esteja a cobrar impostos diretos mais quase 9 milhões de euros do que o seu antecessor e que hoje, nos peça para aprovar um valor que representa quase mais 5 milhões de euros do que o que apresentou em 2013. E sabendo que, uma das fontes de receita é o IMI, porque é que continua a não aceitar a isenção parcial para famílias com um descendente, margem está à vista que há, ou se calhar talvez não. Aliás, quando olhamos para três impostos diretos cobrados aos famalicensenses, vemos que todos aumentam entre 2% a 15%, isto apesar das isenções de cerca de 500 mil euros do IMI. Senhor Presidente, porque é que os famalicensenses continuam a pagar mais? Porquê? O senhor Presidente escusa de dizer, como já o tem referido, que os famalicensenses assim o desejam por que o voltaram a eleger, mas Vossa Excelência sabe que não é bem assim. Grande parte dos famalicensenses, não tem plena consciência da plenitude da política fiscal desta Câmara, porque a sua máquina de *marketing* consegue escamotear a realidade, eludir aquilo que realmente é verdade e que os números realmente demonstram, que os famalicensenses pagam cada vez mais e mais pelo mesmo, as pessoas um dia vão ter plena consciência desse facto. Como é que explica que no discurso de tomada de posse, tenha dito que, uma das suas grandes preocupações era aumentar o rendimento disponível aos famalicensenses e depois venha-lhes a cobrar mais pelo mesmo. Realmente não se entende, nem se compreende. Vossa Excelência, fala, fala, mas rapidamente se esquece, só não se esquece de cobrar aos famalicensenses cada vez mais e mais.-----

Ao nível das receitas, existe uma outra área que obrigatoriamente temos de referir. Não é que apesar da promessa feita, mais uma que o vento levou, a venda de bens e serviços continua a subir, aqui o caso da água e saneamento tem uma relevância especial. A água tem um aumento exponencial de 24%, mais de 1 milhão e 350 mil euros. Porquê, senhor Presidente? -----

Mesmo os resíduos sólidos continuam a subir, apesar na altura da concessão do serviço a terceiros, esta Câmara ter garantido que isso não iria acontecer e que aliás, essa concessão iria resultar de uma redução. Senhor Presidente, acho que os famalicenses até já ficavam contentes com a manutenção dos preços, desde que eles não subissem até nem se importariam, mas mais uma vez, palavras e promessas do Presidente leva-as o vento.-----

Senhor Presidente, mais uma pergunta direta, por que é que não se reduz a taxa de resíduos sólidos dado os custos do serviço terem baixado. Porquê?-----

E para que não digam que este é um assunto caro em todos os Concelhos, permitam-me só que lhes refira alguns valores comparativos de acordo com a DECO; -----

---Um famalicense que tenha um consumo anual de 120m³, que dá 10m³ de água por mês, tem um custo total considerando água, saneamento e resíduos sólidos em Famalicão de 328,60€. Aqui agora fui buscar dois exemplos de duas cores partidárias diferentes para não me acusarem de sectarismo, enquanto o habitante de Barcelos paga pelo mesmo serviço 286€. O habitante em Braga paga 268,46€. Senhor Presidente, como é que se explica e se compreende que, em Famalicão se pague mais 22% do que em Braga pelo mesmo serviço, realmente não se entende. -----

Porquê não aumentar realmente o rendimento disponível aos famalicenses, como Vossa Excelência disse que queria na sua tomada de posse. Não sei se sabe, mas se os famalicenses pagarem menos pelos serviços que usufruem, ficam com mais rendimento disponível e assim Vossa Excelência pode cumprir aquilo que disse que era uma das suas prioridades. -----

Ao nível da despesa, também existem algumas curiosidades e preocupações, senão vejamos. Mais uma vez, a redução da despesa deve-se à redução das despesas de capital, menos investimento e isso já é uma marca desta maioria infelizmente, visto que as despesas correntes, essas sim, continuam a aumentar mais de 10% e este aumento deve-se acima de tudo a duas rúbricas. Uma é o aumento das despesas com pessoal, realmente não sei como é possível, continuar a aumentar ano após ano com taxas tão altas. Gostaria de referir que, o valor das despesas de pessoal para 2018 é superior em cerca de 6,5 milhões de euros relativamente ao seu Orçamento para 2013. Ou seja, desde que tomou

posse, já aumentou as despesas com pessoal em cerca de 6,5 milhões de euros, mais de 35%, como é que é possível senhor Presidente? E não nos diga que é pelo contrato local de educação. Porque já várias vezes lhe perguntei, quanto é que esse contrato representa em termos de custos com o pessoal para o Município e Vossa Excelência nunca se dignou a responder. Pode ser que agora, nos possa esclarecer desse valor, caso contrário, só nos dá razão e podemos constatar que esse aumento se deve acima de tudo a Assessores e afins. -----

Outro fator relevante da despesa, é o da aquisição de bens e serviços que aumenta 17%, mais 5 milhões de euros, aliás, é cerca de 30% superior ao seu Orçamento de 2013, sim, ouviram bem, cerca de 30%. Senhor Presidente, por que é que a rubrica “outros trabalhos especializados” aumenta 45%, passa de cerca de 3 milhões de euros para um total de cerca de 8,5 milhões de euros. Porquê? Acho que no mínimo existe uma explicação. Já repararam que, só o aumento de duas rubricas, é quase o dobro do valor da indemnização e da negociata da Devesa. Qualquer uma delas é superior às transferências para as instituições sem fins lucrativos, reafirmo, as transferências para as instituições sem fins lucrativos ficam aquém de qualquer um destes valores. Agora entendemos bem, por que é que esta maioria não se importa de pagar avultadas e injustificadas indemnizações, realmente esse valor de 6 milhões de euros é banal para eles, tanto representa o aumento com custos de pessoal como a indemnização justificada, são simplesmente, 6 milhões de euros. -----

Pena que, as transferências para as instituições sem fins lucrativos fiquem aquém desse valor. Pena que, desde que Vossa Excelência tomou posse, o aumento com os custos com o pessoal e de aquisição de bens e serviços, falo só do aumento, represente quase o valor da receita cobrado pelo IMI. Ou seja, Vossa Excelência, desbarata a receita do IMI só com aumentos, só com aumentos com os custos do pessoal e aquisição de bens e serviços. Compreendemos muito bem por que é que não gosta dos números, por que eles são imunes à imensa neblina a que o seu departamento de *marketing* produz, demonstrando claramente uma realidade muito diferente daquela que vemos. É a velha tática, useira e vezeira desta Câmara, dar uma migalha e através do seu pão de *marketing*, dizer que essa migalha afinal é um pão, mas realmente não é, e qualquer dia os famalicenses vão-se aperceber. Preocupante é que, estas duas rubricas nos custos com pessoal e aquisição de bens e serviços, no seu conjunto já representam, elas representam 88% das despesas correntes e representam, vejam bem, 66% das despesas totais. Ou seja, 66% das despesas do Município estão

nestas duas rúbricas e o problema é que tem vindo a aumentar, por exemplo, no Orçamento para 2017 representaram 57%. Continua a criação da ilusão que esperamos que não termine em tragédia.- Relativamente ao investimento não há muito a dizer, as despesas de capital baixam 42%, reparem, 42%, menos de metade do valor Orçamentado para 2012, e desses 21 milhões de euros cerca de 40% não tem financiamento previsto, nada que augure de bom portanto. -----

Este é mais um Orçamento que não foge ao ADN desta maioria, como já temos vindo a alertar, que é no 1º ano de mandato paga-se os investimentos feitos em ano de eleições, trava-se o investimento no 2º, erguem-se as esperanças no 3º ano e no ano de eleições gasta-se o que há-de ser pago no ano a seguir às eleições. Posto isto e como já nos referimos na Câmara, claramente, estes documentos não apresentam o rigor desejado, suscitam desconfianças e não correspondem aos desejos e necessidades da grande maioria dos famalicenses, como tal, de forma responsável não podemos estar de acordo. -----

---ANDREIA TAVARES (PSD) – Nem sempre podemos construir o futuro para a nossa juventude, mas podemos construir a nossa juventude para o futuro. -----

---Parto desta citação para iniciar a minha intervenção na área da juventude relativa às grandes opções do plano e orçamento para 2018. Falar dos jovens é sempre falar do futuro e em Famalicão a juventude é sempre uma prioridade, por isso este orçamento não poderia ser exceção. As preocupações com a juventude vêm incluídas dentro da agenda estratégica para o desenvolvimento inclusivo. A aposta nas novas gerações subdivide-se em vários eixos: -----

---No eixo “Envolve-te Jovem” salientam-se 2 projetos: “Escola de Super poderes” e o “+ Cidadania Jovem”, um vocacionado para a área do voluntariado, o outro para a consciencialização dos jovens para a prática da cidadania e da participação ativa. Estes estímulos pretendem dotar os jovens de competências enquanto agentes de mudança na sociedade, envolvendo-os e incentivando-os, como é aliás prática do nosso concelho. -----

---No eixo Cria Jovem mais uma vez o Município de Famalicão acalenta a esperança dos nossos jovens criadores. A criação artística começa assim, a ser um ADN famalicense. É garantida a continuidade dos projetos: laboratório de fotografia analógica, estúdio de gravação, ensaios abertos, escola de instrumentos musicais portugueses, câmara artística, e o YMOTION – Concurso e mostra de cinema jovem e aqui permitam-me saudar de forma particular o pelouro da Juventude na pessoa

da senhora Vereadora, pela dimensão nacional que a recente edição alcançou, levando Famalicão, mais uma vez, a ser uma referência nacional. -----

---No eixo “Cuida Jovem” o Município mostra a sua preocupação com o bem-estar da nossa juventude. Os programas de promoção de comportamentos saudáveis, como as consultas de psicologia e nutrição, podologia, absolutamente gratuitas na Casa da Juventude, vão continuar a servir os nossos jovens. Assim se sustenta, esta preocupação reiterada, pela esfera prioritária que é saúde, para qualquer cidadão. Fizesse mais o Governo o que faz o Município de Famalicão. -----

---No eixo “Atreve-te Jovem” o que se continua a disponibilizar e a proporcionar aos jovens famalicenses são experiências internacionais, como o conhecimento de uma nova língua, ou mesmo um novo país. O Município não quer os jovens famalicenses presos a uma realidade local, quer naturalmente fixar os jovens em Famalicão, mas sempre com uma janela aberta para o mundo. Porque como bem sabemos novas experiências desenvolvem novas competências e capacitam os nossos jovens para estarem melhor preparados para os desafios do presente e do futuro. E desta forma, serem para Famalicão, fonte de novos e maiores horizontes. -----

---No eixo realiza-te jovem a prioridade é educação não-formal, adquirir competências por via individual ou coletiva onde cada um desenvolve competências de vários âmbitos, formando jovens com maior capacidade de participação na cidadania. -----

O portal da juventude inova com uma caixa de sugestões para dar voz aos jovens sobre projetos e ações implementadas pelo município. Esta é mais uma medida que comprova a proximidade deste município com os jovens. Aqui apoia-se o ensino, e saliento a relevante medida de apoio socioeducativo das bolsas de estudo para fazer face às despesas inerentes à frequência do ensino superior. E uma vez que em Famalicão o número de jovens a frequentar o ensino profissional é superior a 50% do número total de alunos, as grandes opções do plano criam assim oportunidades para a presença do ensino profissional como uma ferramenta de estímulo à empregabilidade da juventude famalicense no tecido produtivo local. Continuam a apoiar-se as escolas, em interação com as empresas com a criação dos cursos de especialização tecnológica e os cursos superiores profissionais. -----

---O eixo liga-te jovem vem estimular e capacitar o associativismo juvenil. É certo e sabido que o nosso município tem uma presença fortemente associativa e os nossos jovens agrupam-se cada vez mais em torno destas associações. Deste modo, capacitá-los e dotá-los para melhor intervir nas

associações que fazem parte, é contribuir de forma inequívoca para a construção de uma cidadania ativa. Será incrementada a participação dos jovens nas diversas estruturas de consulta e cooperação interinstitucional: CMJ, Rede associativa Jovem e a Rede das Associações de estudantes. A implementação da nova regulamentação de apoio municipal às associações juvenis, associações de estudantes e grupos informais de jovens possibilitará uma nova realidade para os jovens ativos que querem dinamizar iniciativas nas suas comunidades. Quanto à empregabilidade e empreendedorismo a incubadora da casa da juventude será instrumentalizada no sentido de promover oportunidades profissionais e responder às necessidades dos nossos jovens.-----

Caríssimos senhores Deputados, termino como comecei, nem sempre podemos construir o futuro para a nossa juventude, mas podemos construir a nossa juventude para o futuro, sendo que, com as grandes opções deste plano, estou absolutamente convicta que em Famalicão já estamos a construir a nossa juventude para o futuro.-----

---ADELINO MOTA (BE) – Estamos a discutir o primeiro Plano e Orçamento do início deste novo mandato, ou seja, o que poderia ser um novo ciclo Autárquico. Era isto que os famalicenses esperam, por isso lhe deram uma maioria significativa e é isso que os famalicenses gostariam de ver explanado neste documento. Este documento, mostra-nos que, não há uma nova forma de fazer política. Não há mais transparência, não há mais ao serviço das pessoas, não há mais apoio às Freguesias, enfim, um Orçamento que contribuí-se mais e melhor para o desenvolvimento de Famalicão. Na nossa opinião não se verifica e este Orçamento vem no seguimento dos anteriores, despesista e de muita festança, com um significativo aumento de 2 milhões e 200 mil euros de impostos para agravar a vida dos famalicenses. Estou a referir-me, não como referiu aqui o senhor Deputado do Partido Socialista ao ano de 2012 e 2013, estou a referir-me ao ano de 2017, ao ano em que estamos, há uma aumento neste Orçamento de 2 milhões e 200 mil euros de impostos em relação ao Orçamento aprovado relativo a este ano. Com pouca despesa de capital, o que mostra que o Concelho, ao contrário do que se apregoa, não vai ir para a frente. É um Plano que nas intenções, aliás, a intervenção do senhor Presidente o mostra, aponta para algumas melhorias mas, quando vamos às contas, quando vamos aos números, aqueles que o senhor Presidente parece não gostar tanto, de facto, é que nós verificamos o que é que este Orçamento nos apresenta. Verificamos que uma parte do Orçamento, é para pagar o eleitoralismo do ano que agora termina, e muito pouco é como já referi para aplicar em obra concreta, isso iremos abordar mais em frente. Mas há aqui uma

questão que neste Orçamento nos preocupa, do ponto de vista inclusivamente da transparência. Eu gostaria que o senhor Presidente nos esclarecesse, para que é o valor de cerca de 10 milhões de euros, mais de 10% deste Orçamento, para trabalhos especializados e outros serviços? Será que este valor não caberá nas rubricas que o Orçamento tem? Gostaríamos, senhor Presidente, até para não ficarmos com dúvidas de que não há nada a esconder neste Orçamento, que nos especificasse para que é este valor, é que senão, teremos que concluir que este é um saco azul e diga-se em abono da verdade, um saco azul muito volumoso. -----

Entrando agora mais na questão da obra e do Orçamento, o senhor Presidente dizia, -“ que este Orçamento, é o Orçamento dos compromissos daquilo que nós nos comprometemos com os famalicenses”. Eu iria abordar duas ou três questões, por acaso diga-se em abono da verdade, da Freguesia ou da Vila onde habito. Começo pela questão das verbas do PEDU e da regeneração da frente ribeirinha do Rio Ave. No Orçamento de 2017, isto estava lá explanado, era intenção da Câmara em 2017 desenvolver esforços nesse sentido. Neste Orçamento de 2018, nem uma palavra sobre esta questão, eu pergunto senhor Presidente, o porquê. A zona ribeirinha do rio Ave já não é para concluir? Já não interessa a sua conclusão? Foi só propaganda eleitoral? -----

Outra questão, ainda relacionada com o PEDU, tem a ver com a questão relacionada com a Sampaio Ferreira. O senhor Presidente, foi duas vezes a Riba D’Ave, duas vezes à Sampaio Ferreira, lança a concurso, o concurso de Arquitetura para a Sampaio Ferreira e posteriormente, apresentar o resultado desse concurso onde se gastaram alguns, penso eu, milhares de euros. Este Orçamento e este Plano de Atividades, nenhuma referência faz em relação à regeneração da fábrica Sampaio Ferreira. Porquê senhor Presidente? Desapareceu, deixou de ter interesse, o que é que se passa? -----

Outra questão ainda, na área do PEDU, tem a ver senhor Presidente, com a questão da reabilitação que estava prevista e estava prevista no Orçamento para 2017, que era o espaço público da urbanização das Bétulas. Neste Orçamento, nem uma única palavra sobre isso. A Câmara deixou cair, ou será que foi mais um tema para campanha eleitoral?-----

Finalmente, uma questão e essa está aqui no Plano e no Orçamento, que é o Teatro Narciso Ferreira, é evidente que todos os Ribadavenses e não só, esperam que aquela obra comece o mais rápido possível. Referir que, a obra já andou há mais de dez anos, de Orçamento em Orçamento até hoje, esperamos, sinceramente, que ela seja concretizada, só que, há aqui uma questão que eu gostaria de ver esclarecida. No Orçamento, está previsto uma verba de 5 milhões de euros, entretanto numa

notícia de ontem no Jornal Público, o senhor Presidente diz que, a obra está orçamentada em 3 milhões de euros. Ou seja, em que é que ficamos, são 5 milhões ou 3 milhões? O papel é de 5 milhões, o senhor Presidente está a dizer publicamente que a verba a investir é de 3 milhões. Era bom que o senhor Presidente, esclarecesse esta Assembleia e todos os Deputados Municipais sobre esta questão. Mas ainda há uma pergunta em relação ao Teatro Narciso Ferreira, que eu gostaria de questionar. A Câmara, está a pensar comprar o Teatro Narciso Ferreira, ou vai só fazer a obra? A Câmara, está a acautelar o estacionamento futuro, quando o Teatro estiver pronto e começar a fazer espetáculos, dado que, é quase impossível estacionar na zona envolvente?-----

E finalmente, ainda sobre o Teatro Narciso Ferreira, em 2007 quando estava cá o Arquiteto Armindo Costa, assinou um protocolo com a Fundação Narciso Ferreira de 30 anos, isto em 2007. Passaram 10 anos, a obra que a Câmara lá vai fazer é de 30 anos para a frente, ou estes 10 anos que passaram até hoje já contam? E no fundo, não vamos ter um acordo de 30 anos, vamos ter de 20 anos ou 18 anos? Era bom que, o senhor Presidente nos pudesse esclarecer, até para sabermos se o Município e se se justifica, por um período de qualquer coisa como 18 anos, investir 5 milhões de euros segundo o Orçamento, numa estrutura que não é futuramente propriedade da Câmara Municipal. Gostaria que me esclarecesse em relação a isto. -----

Outra questão, o senhor Presidente ainda agora referiu, tem a ver com a questão do Ambiente. O senhor diz, - “que nós somos um Concelho que a Câmara Municipal se preocupa com a questão do Ambiente”. Eu penso que, o Ambiente é hoje de facto, uma questão da ordem do dia e que todos nós temos de lutar, para defender um Ambiente mais saudável e melhor para todos. De qualquer das formas, nós verificamos que este Plano e Orçamento, fala aqui várias vezes na questão dos Rios, no arranjo das suas margens, no voluntariado, com os Presidentes de Junta, mas não fala uma única vez na disposição dos Rios. Por que é que a Câmara Municipal não faz um plano juntamente com as Câmaras vizinhas, dos quais o Ave é transversal e todos os seus afluentes, para que possamos no futuro ter os Rios despoluídos para que todos nós, os famalicenses e não só, possamos usufruir de facto, do Rio Ave e das suas margens. Isto sim, também é defender o Ambiente e lutar por melhores condições de vida das pessoas. -----

Ainda na área do Ambiente, a questão do saneamento e da água que está incluída na mesma questão. Senhor Presidente, eu gostaria que o senhor me explicasse, eu não sou contabilista, como toda a gente sabe tenho o 1º ciclo e portanto, tenho algumas dificuldades de entendimento. Mas há

aqui uma questão que é o seguinte, a Câmara prevê pagar de água 3,5 milhões de euros a quem nos fornece a água, penso que será às Águas do Noroeste, e vai receber de receita 5 milhões de euros? O senhor não lhe parece, ou à Câmara, que a água não deve ser um negócio? Como é que o senhor justifica que a Câmara vai pagar 3,5 milhões de euros e depois recebe 5 milhões de euros. Já compreendo e todos compreenderão por isso se aumentou a água, para dar mais lucro à Câmara Municipal. Eu penso que, a questão da água não deveria funcionar como um negócio, mas parece e tudo aponta nesse sentido. -----

Uma outra questão ainda no Ambiente, tem a ver com a questão do saneamento. Com a apresentação do Plano, o senhor dizia, que o Concelho vai dar passos significativos na questão do alargamento, não disse a conclusão, mas deu a entender que, iria haver grande obra na questão do alargamento do saneamento. Mas é interessante, quando nós vamos ao Orçamento e ao Plano Plurianual, o que nós verificamos é que nas novas redes de saneamento, penso que o termo é exatamente este, a Câmara Municipal não diz as Freguesias onde vai investir, cita sempre o Vale do Rio Pelhe, o Vale do Rio Este e o Vale do Rio Ave, o Orçamento que lá está previsto é de mil euros. Será que a Câmara está a pensar, que com mil euros consegue desenvolver saneamento? Acho que não! Gostaria se fosse possível, que o senhor Presidente me justificasse por que é que aquela verba aparece. Acho uma questão um pouco menos transparente. -----

Senhor Presidente, iria agora colocar a questão das escolas, foi uma questão que o senhor Presidente aí referiu. Há aqui uma questão que nos preocupa, tem a ver com as obras de algumas escolas que estão a decorrer. A escola de Riba D'Ave, começou há três meses antes das eleições, depois parou, depois começou e agora está parado outra vez, mas essa não é a questão, é uma questão urbanica e de funcionamento, eu espero que ela no próximo ano letivo esteja concluída. A questão é que, no Orçamento de 2017, a Câmara Municipal, tinha orçamentado para a escola de Riba D'Ave 1 milhão e 200 mil euros e agora neste Orçamento de 2018 está 614 mil euros. Qual é o motivo disto acontecer? Será que o projeto foi mal feito, será que fizeram o Orçamento em 2017 porque podiam fazer a escola de uma forma e agora concluíram que não é daquela forma e vai ser de outra? Qual é o motivo? O que é que se passa? Em relação à escola de Esmeriz, rigorosamente igual! Por que é que havia um Orçamento de 560 mil euros e havia um Orçamento de 1 milhão de euros? Porquê? Por que é que isto acontece? Eu penso que era importante que, a Câmara Municipal, nos ajudasse a explicar isto para nós entendermos bem como isto funciona. -----

Há uma questão das escolas, senhor Presidente, e que nos preocupa imenso, preocupa ainda mais os Pais das crianças da escola básica de S. Cosme do Vale. Os Telhados daquela escola estão hoje ainda com cobertura de telha de lusalite com amianto. Eu tenho as fotografias mandadas pelos Pais das crianças e entrego à Câmara, não tenho dúvidas em relação a isso, mas se eu estiver errado a Câmara cá está para me corrigir. De qualquer das formas, se este problema estiver resolvido melhor, nós iremos informar os Pais que nos contactaram e dizer-lhes que afinal de contas nos andam a enganar. Nós acreditamos sinceramente neles, de qualquer maneira, se o problema não estiver resolvido, é uma questão que eu gostaria imenso que a Câmara o resolvesse, não para satisfação do nosso desejo, mas para ajudar a que aquela escola tenha telhas a condizer com a necessidade.-----

Finalmente senhor Presidente, uma questão, eu penso importante, porque também tem sido uma campanha significativa por parte da Câmara Municipal, tem a ver com apoio social e com apoio às famílias. E o que nós verificamos, é que este Orçamento, em alguns casos diminui e noutros mantém igual o apoio às rúbricas chamadas Famílias. É uma questão que nos preocupa, porque a Câmara conclui que este Concelho, ao contrário do País, o País está lentamente a eliminar a pobreza embora haja muito para afinar, mas a Câmara Municipal segundo a sua opinião, a pobreza neste Concelho aumentou e basta verificarmos nos cabazes de natal que foram dados às famílias mais necessitadas. O ano passado, foram dados 3 mil e 500 ou 3 mil e 600 cabazes, não sei rigorosamente agora, este ano foram dados 4 mil, o que significa que há mais famílias necessitadas, porque caso contrário, está-se a dar o cabaz a quem não precisa, digo eu. Portanto, parece-me que, a forma como a Câmara Municipal aborda esta questão das famílias, é um pouco demagógica e não corresponde na prática ao apoio que a Câmara diz apoiar. Senhor Presidente, os números são números, estão cá escritos, poderá haver um erro e a Câmara poderá explicar. Agora, o que me parece, é que este Orçamento, de facto, este Plano e Orçamento deixa muito a desejar, e como compreenderá poderei vir cá mais uma vez ou outra se necessário for, não terá o apoio do Bloco de Esquerda. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Senhores Deputados, o senhor Deputado, Paulo Pinto, não sei se fez só uma retórica ou não, mas colocou aqui uma questão relativamente às despesas com o chamado Programa Aproximar. Senhor Deputado, levando em boa conta o que disse em relação ao aumento da despesa prevista, pelo que eu percebi entre Orçamentos de 2013 e 2018, penso que, foi essa a comparação que fez, em que situou um aumento de 6 milhões de euros devo dizer-lhe o seguinte, 6 milhões de euros é exatamente o montante que a Câmara Municipal

suporta com despesas com pessoal no âmbito do contrato Aproximar Educação. O que o senhor quer dizer, é que se nós somarmos aos 6 milhões de euros que custeamos agora e não custeávamos à altura, todos os encargos que aumentaram com pessoal, porque foram reintroduzidos complementos salariais, como o subsídio de natal, como o subsídio de férias que foram retirados ou suprimidos parcialmente durante algum tempo, isso quer dizer que, o senhor Deputado acaba de confirmar que as despesas com pessoal do Município têm reduzido. É a conclusão a que eu chego pelas suas palavras, mas fico grato por trazer aqui esse tema. Já agora, senhor Deputado, quando também se refere ao aumento dos impostos, isso é um tema que havemos de falar sobre ele várias vezes, esta Câmara Municipal não aumenta os impostos, o dinamismo económico do Concelho é que aumenta senhor Deputado. O senhor Deputado, elogia o Concelho e eu acompanho o seu elogio, é bom viver num Concelho que produz mais, que emprega mais, que as massas salariais sobem, que as habitações se valorizam, que as empresas têm mais lucros e pagam mais impostos, são excelentes notícias que há mais transações imobiliárias, porque sabe senhor Deputado, é desses impostos, do IMI, do IMT, do IRS e da Derrama lançada sobre o IRC que a Câmara Municipal arrecada os seus impostos e portanto, se a Câmara Municipal não aumenta as taxas, como não aumentou e os senhores sabem que não aumentou, e se a receita aumenta isso é um sinal do dinamismo económico do Concelho, o senhor devia ficar todo satisfeito. Eu estou muito satisfeito por perceber que o meu Concelho, consegue esta performance económica, é uma excelente notícia, ainda bem que o senhor partilha connosco essa perceção.-----

---Sobre as questões aqui trazidas pelo senhor Deputado, Adelino Mota. Senhor Deputado, sobre a questão da “rúbrica outros”, quem faz o Pocal não sou eu. Quem cria o regime a que nós temos que nos submeter na elaboração de um Orçamento não é a Câmara Municipal. Nestes “outros” por exemplo, todas as despesas com água, com saneamento e com resíduos, que são cerca de 8 milhões de euros estão aqui, nos tais 10, só 8 milhões tem a ver com despesas de Ambiente. Agora, o senhor diz-me assim, devia estar numa rúbrica autónoma, eu também acho que sim, mas o que é facto, as regras não somos nós, nós temos que as cumprir.-----

---Sobre a questão de Riba D’Ave, ou sobre as questões de Riba D’Ave, trouxe aqui várias. A zona ribeirinha e Sampaio Ferreira, são duas questões que não estão abandonadas, estão candidatas a Fundos Comunitários, não aparecem ainda no Plano porque não estão ainda contratualizadas. Nós

esperamos ainda conseguir apoio Comunitário para essas intervenções, obviamente se o tivermos faremos as mesmas obras.-----

Quanto às Bétulas, senhor Deputado, por iguais razões, as Bétulas por força da idade do empreendimento, não é ilegível para efeito desta candidatura a Fundos Comunitários.-----

Sobre a questão dos custos com a intervenção do Cineteatro, o procedimento concursal que será lançado em breve nas próximas semanas, na próxima, ou na outra reunião de Câmara que teremos em janeiro, andarà na ordem dos 3 milhões de euros, a diferença para 5 milhões corresponde à previsão para anos seguintes, que tem a ver com custos que podem estar associados à obra, senhor Deputado. A obra está lançada por cerca de 3 milhões de euros, esse é o preço base do procedimento concursal que será anunciado muito em breve.-----

Quanto às questões que colocou como o estacionamento e outras, senhor Deputado são problemas que estão a ser analisados. O senhor sabe que esse problema já existe hoje, não vai ser criado pelo Cineteatro, já hoje existe. A Vila de Riba D'Ave, tem uma determinada característica que dificulta a acessibilidade e o estacionamento para quem a queira frequentar. Estamos com um grande envolvimento com a Junta de Freguesia, a procurar alternativas que ajudem a minimizar não só aos problemas atuais, mas os que onde vir por força da obra intervencionada, mas estou seguro de que vamos encontrar boas soluções para esses problemas. Quanto ao direito de superfície, senhor Deputado há um contrato assinado entre a Câmara Municipal e a Fundação, foi assinado quando foi assinado, foi assinado por quem o assinou e tem um prazo, está em vigor e nós estamos a cumprir, ponto. Se algo vai mudar neste contrato, depende da vontade de duas partes, não depende só da vontade da Câmara Municipal também depende da vontade da Fundação Narciso Ferreira, que nós respeitamos e que teremos em devida conta.-----

A questão que aqui trouxe sobre a despoluição dos Rios, senhor Deputado isto não é uma competência da Câmara Municipal, como sabe. Nós não podemos abraçar as tarefas todas como se fosse nossas, porque não são. Nas instâncias competentes, temos feito notar o nosso desagrado com algumas situações, até é público o que penso sobre a matéria quando acho que as Câmaras Municipais deviam ter mais competências nesta matéria, mas repito, quem define o quadro legal das competências não é a Câmara Municipal.-----

Sobre a diferença que aqui trouxe entre o custo da água e o proveito da água. O senhor Deputado fez uma conta, desculpe a expressão, mas não a fez toda. Só fez a conta ao que nós pagámos às Águas

do Norte, não fez a conta aos custos que temos com o serviço, nomeadamente, o pessoal, como sabe há pessoal na Câmara Municipal, que está contratado e cuja função é esta. Nós para fazermos a conta bem-feita, temos de somar os custos todos, eu não posso só somar o custo da matéria-prima e esquecer os outros custos que devem ser somados a este para comparar com a receita que vamos ter. O que eu lhe garanto, é o seguinte senhor Deputado, da parte da Câmara Municipal o único objetivo é que a receita seja suficiente para cobrir os custos todos que suportamos com a água. Não é só uma vontade da Câmara Municipal, é uma exigência da ERSAR, como sabe, é uma entidade que regulamenta este setor, que se chama ERSAR e que tem sobre a matéria uma posição muito clara, não pode haver desorçamentação no setor da água e do saneamento. Nós temos que repercutir nos consumidores, todos os custos que estão associados a esse serviço que nós prestamos. Portanto, nós não podemos só afetar uma parte dos custos, deixando para o Orçamento no seu todo a outra parte dos outros custos. Se o fizéssemos, estaríamos a desrespeitar essa orientação da ERSAR.-----

Quanto às novas redes, o senhor Deputado, terá ocasião ao longo do ano, perceber que a dinâmica orçamental permitirá criar condições também sob o ponto de vista financeiro para que essas obras possam ser avançadas. Estão previstas no Orçamento, embora com um valor que é simbólico como é óbvio, significa a inequívoca vontade política de avançar com a proposta, não quis que isso deixasse de acontecer. O que está neste documento, comecei por dizer, este é o documento farol da Câmara Municipal, onde devem estar as orientações que não devem ficar reféns de circunstâncias orçamentais. Ao longo de Execução Orçamental, eu quero ter todas as condições para que a vontade política do Município seja cumprida, ela está assumida, que é continuar com as intervenções na água e no saneamento.-----

Quanto à questão dos custos com as escolas, o Município prevê o seguinte, quando se elabora um Orçamento antes de lançar o procedimento concursal, o valor que está inscrito para a obra é um valor que não é arbitrário, mas é com base na informação que temos na altura. Depois de lançado o procedimento concursal e de feita a adjudicação, então já sabemos quanto custa aquela obra. O que vamos pôr em cada Orçamento é o que vamos pagar nesse ano, o que está no Orçamento de 2018 para qualquer uma das escolas, é o que nós prevemos pagar em 2018 para essas escolas. É só essa a razão da diferença dos valores, não há outra, senhor Deputado. Continuando sobre escolas, eu não sei se está a falar da EB1 de S. Cosme ou da Didáxis S. Cosme, deixo isso à sua consideração. -----

Quanto às despesas sociais. Senhor Deputado, também está mal informado sobre esta matéria. Neste ano, o número de cabazes não aumentou, é o mesmo do ano passado, talvez menos 4 ou 5, ou mais 1 ou 2 cabazes, mas é o mesmo do ano passado, não houve aumento do número de cabazes de natal. Deve estar errada a sua fonte que alimenta a sua informação.-----

Quanto às despesas sociais. Senhor Deputado, quando eu digo que nós temos menos problemas sociais, não é a minha opinião, acho que qualquer famalicense constata isso. O que não quer dizer, que devamos ter menos cuidado com a situação social do Concelho, é uma coisa completamente diferente, senhor Deputado. Eu gosto de ser proactivo e não reativo num dossiê social, temos um conjunto de iniciativas em curso que têm repercussão Orçamental e que tem como propósito criar condições, para que circunstâncias sociais que vivemos recentemente não se repitam. Há inclusive, um programa em curso que é uma Estratégia Concelhia de Desenvolvimento Integrado, que está a ser articulada no contexto das Comissões Sociais Interfreguesias e que terá um conjunto de ações ao longo do próximo ano, estou certo de que terão repercussão local muito importante e que não servem propriamente para debelar problemas sociais atuais, mas particularmente, para criar condições do ponto de vista da tal capacitação da sociedade de que há pouco falávamos, para que esses problemas não se repitam no futuro. Isto tem custos, senhor Deputado, portanto, a questão da despesa Orçamental com a área social, não tem que estar indexada ao clima de dificuldade social que possa viver o Concelho. É inequívoco e inegável que o Concelho hoje, não vive um problema social como vivia há quatro ou cinco anos atrás, é inegável! O que não quer dizer que haja uma diminuição do ponto de vista Orçamental com aquilo que é o investimento, que a Câmara Municipal faz para capacitar o Concelho e que não volte a viver esse clima social que viveu.-----

---ANA OLIVEIRA (PS) – Neste primeiro Orçamento Municipal, em que participo na qualidade de Deputada Municipal, esperava sinceramente, mais audácia e ambição naquilo que à juventude diz respeito. Este é um Orçamento pouco ambicioso, pouco inovador e de todo atrativo para a fixação de jovens no nosso Concelho. Por isso, pergunto, para quando uma residência universitária para atrair os jovens ao nosso Concelho tão apregoado como melhor para estudar? Pois bem sabemos que, estamos a falar de universidades privadas em Famalicão, e Famalicão continua a ser a única Cidade do Quadrilátero Urbano sem ensino superior público. Eu volto a perguntar, é esta a política de proximidade à juventude que nós queremos continuar a defender? Tal como, Pedro Passos Coelho convidou os jovens portugueses a emigrar, este Executivo Municipal vê a realidade deste Concelho de forma bastante linear, temos dinheiro estudámos em Famalicão, não temos dinheiro vamos estudar para fora. Por último, senhor Presidente, segundo a Lei 8 de 2009, no seu artigo 7º, refere relativamente aos Conselhos Municipais de Juventude, que lhes compete emitir parecer obrigatório sobre as matérias de Orçamento Municipal no que diz respeito às dotações afetas às

políticas de juventude. O Conselho Municipal criado em Famalicão pelo Partido Socialista, sob coordenação da então Vereadora, Ana Paula Costa, Conselho Municipal ao qual pertencem em representação da bancada municipal do Partido Socialista. Gostava que me respondesse, se efetivamente existe ou não esse parecer, onde está e o que foi dito nesse parecer? -----

---CÂNDIDA VELOSO (PSD) – Vila Nova de Famalicão está mais um ano sob a senda do desenvolvimento da Educação e do Conhecimento, entre outras áreas, para além da obra de modernização da rede de instalações educativas com mais e melhores equipamentos. Por isso, esta área continua no topo da ação e do discurso da Câmara Municipal, representa as mais-valias de participação e do envolvimento dos processos de desenvolvimento deste Concelho, continua a incorporar práticas de referência, da inclusão social, valorização da cidadania centralizada nas instituições educativas, escolas, famílias e todos partilham, já foi analisada e aprovada por todos os famalicenses. Outro eixo muito importante e continuando na senda do desenvolvimento, temos a ação social escolar, que nunca é demais repetir, a oferta dos manuais escolares alargada às escolas do 2º e 3º ciclo, os transportes, apoios alimentares, a aprendizagem ao longo da vida. É essencial que esta estabilidade continue e se desenvolva na base do diálogo e da participação democrática de todos os envolvidos como tem sido estruturalmente construída. A municipalização da educação foi um processo natural, coerente, que não tirou a autonomia das escolas, que não lhe tirou a voz e não acentuou desigualdades, muito pelo contrário, acentua mais igualdade e mais qualidade educativa. Estou certa, que mais uma vez, o rigor, a responsabilidade e a competência são os garantes desta Câmara Municipal no desenvolvimento deste Concelho. -----

---ARMINDO GOMES (CDS/PP) – Vou fazer um pequeno resumo, porque se não for pequeno, esta reunião da Assembleia não acaba hoje e não sei quando irá continuar, o Orçamento tem de ser aprovado entre hoje e na pior das hipóteses amanhã e o ponto sétimo da ordem de trabalhos. Este Orçamento, senhor Presidente de Câmara, é um Orçamento que Vossa Excelência elaborou, juntamente com os seus técnicos, juntamente com os seus Vereadores. Isto é um Orçamento solidário, transporte para as crianças na ida e vinda da escola, subsídio de refeições, 1,20 € por criança num total de 480 mil euros. Transporte gratuito para os idosos, renda solidária, fornecimento da água mais barata para famílias mais numerosas, isto também já responde ao bloco de Esquerda, estamos a falar na fatura da água numa família de quatro pessoas, não excede os 50€, 1,4% dá o dinheiro de um café por dia. Comparticipação na compra de medicamentos para os idosos, com doenças graves e economicamente mais desfavorecidos. Este Orçamento, senhor Presidente, é um Orçamento que não está empolado, não está inchado, muitas das vezes quando nós ingerimos alguma coisa que nos faz mal, depois dá alguma coisa que depois acontece aquilo que podia acontecer com este Orçamento. Este Orçamento é para o próximo ano, é um Orçamento para a sua

execução andar na ordem dos 100%, o senhor Presidente da Câmara como sabe e todos nós sabemos, qualquer Orçamento Municipal ou de uma Junta de Freguesia pode ser empolado, pode ser inchado com verbas que poderão advir do Estado, com financiamentos que podem vir a acontecer, este Orçamento não tem nada de dinheiro que não esteja disponível no Município de Vila Nova de Famalicão. É um Orçamento para os famalicenses, é um Orçamento para Famalicão. Este Orçamento é um dos quatro orçamentos deste mandato e vamos ser julgados até final do mandato, este é o primeiro e temos mais três orçamentos, até ao final do mandato se não fizermos o que prometemos aos famalicenses iremos ser julgados, já para isso os votos não se compram e nem são por sorteio os Vereadores, são eleitos nas urnas. Este Orçamento serve as Freguesias e serve o Concelho. E agora para responder ao deputado, Adelino Mota, a rede escolar vai sofrer muitas obras, faz parte deste Orçamento, no que toca a logradouros e às escolas. Aumento da água, já falei aqui das pessoas mais carenciadas e nos 50€, uma família de quatro pessoas que gaste os 50€ por mês, normalmente é quanto uma família gasta a não ser que ande a regar o quintal. Aumento da rede de saneamento, 1000 euros, está aqui este valor porque são obras que vão ser comparticipadas e vão ser financiadas, isto é para fazer parte da rubrica deste Orçamento, eu já fui Presidente de Junta e sei que isto acontecia, para que depois não digam que, esta obra foi feita para aquele Presidente de Junta ou para outro, se houver financiamento e não estiver previsto no Plano e Orçamento não podemos fazer este investimento. A construção da rede de saneamento igual, a rede viária e a requalificação das estradas vai continuar, o apoio social já lhe disse no parágrafo aqui atrás, principalmente aos idosos, aos mais desfavorecidos e às crianças, era isto que eu queria falar deste Orçamento. O CDS/PP, em nome do Grupo Municipal, vai votar favoravelmente este Orçamento. ---

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** - Algumas considerações respeitantes às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018. A CDU não aceita a municipalização do ensino, defendendo antes a sua revogação. Somos a favor da escola com responsabilização direta do estado português, reconhecidamente a única entidade que garantidamente assegura o seu aprofundamento evolutivo e garante a igualdade do processo educativo para todos. -----

A CDU critica as ações mitigadas apresentadas no Plano, pois defende o alargamento da rede de serviços de Transportes Públicos a mais zonas do Concelho, preconizando não uma mera redução de preços de transportes aos Seniores, mas a gratuitidade dos mesmos a todos quantos, reunindo as condições, requeiram a atribuição do Passe Sénior. -----

No domínio do serviço público de Saúde, a CDU critica a falta de objetividade do Plano no que se refere às extensões de saúde e do Hospital de Famalicão, esquecendo as necessidades na aposta do reforço da qualidade dos serviços prestados às populações, já que entendemos ser absolutamente necessário a reabilitação das suas instalações, a adequação do equipamento clínico, o reforço dos

profissionais de saúde, bem como dotar de macas em número suficiente, de modo a evitar esperas prolongadas dos bombeiros que transportam os utentes a essas unidades, transportes esses que devem ser gratuitos para doentes e acompanhante. Ainda no domínio da saúde, a CDU defende a criação de um programa de suporte solidário concelhio que forneça, gratuitamente, os medicamentos necessários a idosos e portadores de doenças crónicas. -----

No plano da Cultura e do desenvolvimento de equipamentos culturais, a CDU, não deixando de valorizar um conjunto de iniciativas positivas contidas no Plano, entende que deveria ser feito um esforço maior para que fosse atingido 1% do seu valor global, estendendo-se apoios sólidos às coletividades e grupos que fomentam o Teatro, o Cinema e as mais diversas artes, nomeadamente a ACV de Vermoim e a ATC de Joane. -----

Para a CDU a Cultura representa um valor fundamental de desenvolvimento, de libertação e emancipação do indivíduo. Por isso, somos pelo incremento no acesso dos cidadãos à cultura e pelo apoio aos seus criadores e aqueles que a veiculam, não esquecendo a dotação dos equipamentos necessários à sua prossecução. -----

Defendemos desde há muito a recuperação do Teatro Narciso Ferreira de Riba D´Ave e o seu apetrechamento para que possa ser, finalmente, restabelecido o seu papel histórico na divulgação cultural dos Ribadavenses e populações vizinhas. -----

No entanto, a CDU estranha que muito pouco seja dito em relação à sua aquisição e ao Contrato-Programa que a Câmara se propõe estabelecer para tal aquisição, sua recuperação e funcionamento. Quando lemos o breve enunciado sobre a mesma no Plano, é recomendado que, para mais informação deve ser consultado o título ‘Ordenamento’, mas nada mais é referido nessa espaço sobre o assunto. -----

Não deixa de ser sintomático, no entanto, que a verba inscrita no Plano Plurianual de Investimentos, que ultrapassa os 5 milhões de euros para os 4 anos, apenas tenha definido para o exercício de 2018 um valor de financiamento de pouco mais de 1 milhão de euros, sendo que apenas está definida uma verba de 150 mil euros, ficando para definir cerca de 870 mil euros. Por aqui se poderá avaliar a premência atribuída a esta obra pelo Executivo! Esperamos estar enganados relativamente a isto. -----

Na valorização dos equipamentos de apoio ao Desporto, no caso em apreço relacionado com a prática do atletismo, atentamos na obra, finalmente anunciada, de requalificação da Pista de Atletismo do Estádio Municipal de Famalicão. Tem algum mérito esta decisão agora tomada, porque lembramos, a mesma foi anunciada há já alguns atos eleitorais atrás, acabando por nunca se concretizar. -----

Mas a CDU não deixa de criticar que, para esta obra cujo orçamento ultrapassa 1 milhão e 535 mil euros, a dotação para 2018 é de apenas 35 mil euros, 2019 está inscrito uma verba de 500 mil euros e, para 2020, ano que antecede as eleições autárquicas, está destinada a atribuição de uma verba de 1 milhão de euros. Entretanto, será fortemente penalizado o incremento das modalidades, que necessitam desse equipamento fundamental para o seu desenvolvimento e afirmação. -----

Também vemos com insatisfação o facto de, nas Grandes Opções do Plano, o mesmo não espelhar um desejo há muito sentido pelas populações e pelos diversos agentes do desporto, cultura e tempos livres, a construção de um Pavilhão Multiusos. Desnecessário será dizer que Famalicão, pelo crescimento registado nos últimos anos, merece ver disponibilizado este equipamento de fundamental interesse público. -----

Desse modo, defendemos que os apoios às coletividades e associações desportivas devem ser mais e melhor apoiadas, designadamente a FAC, a RAHC, e outros. -----

A CDU tem assistido com preocupação ao desleixo a que a VIM tem sido votada pelos diversos executivos camarários e, apesar das suas constantes iniciativas de sensibilização, a mesma tem continuado a degradar-se, concorrendo para um rol preocupante de acidentes de proporções nefastas. Defendemos, por isso, a introdução de medidas acrescidas de intervenção com recurso à instalação de separadores centrais, lombas adequadas para as zonas de descida, sinalização de controlo de velocidade e de instalação de semáforos funcionais, rotunda ou desnivelamento no cruzamento de S. Cristóvão para Pedome e Oliveira de Sta. Maria. Defendemos ainda o prolongamento da Via intermunicipal até Braga e a sua integração na Rede Nacional de Estradas. As medidas de resposta contidas no Documento em apreço não são contudo animadoras, já que não indiciam a solução pretendida por todos. A CDU não acredita que as verbas atribuídas para a propalada intervenção de fundo nesta Via Intermunicipal resultem nas soluções necessárias, a julgar pelas verbas insuficientes destinadas a tal remodelação, 575 mil euros já aplicados na dita remodelação, sobrando 270 mil para ultimar a requalificação, segundo o Plano, a ocorrer em 2018. Consideramos não terem sido desenvolvidas todas as ações para resolver a problemática que envolve a VIM e gostaríamos de obter informação acrescida sobre o assunto. -----

Lamentamos que, nas principais medidas do Município no domínio das vias de comunicação e espaços públicos, não esteja referenciada e contemplada a construção da Variante Poente, até à EN 206, nem tenha sido considerada a intervenção do Município na solução do constrangimento da EN 14, em Arnoso, alargando a via de modo a abrir corredores de entrada e saída, e proceder à instalação de semáforos. -----

Também constatamos com desagrado que o Município não resolveu a problemática do estacionamento no Parque da Estação da CP, considerando a gratuitidade aos seus utilizadores aos

sábados, domingos e feriados, todo o dia, e nos restantes dias no período matinal até às oito horas e no final do dia, após as vinte horas, adequando este procedimento àquele que já é utilizado noutros parques da cidade. -----

Lamentamos que nas obras de remodelação do Mercado, não seja perceptível a desejada intervenção no apelidado espaço envolvente, indiciando essa lacuna que as necessárias obras de alargamento das margens do rio Pelhe, a sul da feira, desde Longo Calendário até Pisão Esmeriz, de modo a impedir-se a inundação pelas chuvas em toda a envolvente onde se realiza a feira semanal, potenciando-se as condições futuras para o prolongamento do Parque da Devesa, e da construção de uma ciclovia e via pedonal. -----

A CDU critica o atraso considerável das obras de conclusão da rede de saneamento, prometidas já em campanhas que ocorreram para mandatos anteriores, facto que provoca constrangimentos de toda a ordem aos milhares de munícipes que ainda não beneficiam deste equipamento basilar, o que prejudica a sua qualidade de vida e faz perigar a saúde das populações. -----

Por todas as situações aqui levantadas, que consideram globalmente as Grandes Opções do Plano e Orçamento, para 2018, não corresponder ao que seria legítimo esperar-se pela razão que há questões centrais que não mereceram ser consideradas prioritárias para o Executivo, facto que não vai ao encontro das aspirações de um número considerável de munícipes, a CDU vai votar contra a sua aprovação. -----

---ADELINO MOTA (BE) – Em relação às questões que o senhor Presidente da Câmara respondeu, dizer que, eu compreendo a argumentação mas não aceito. Lamento que, no caso da zona ribeirinha e da Sampaio Ferreira, não esteja neste orçamento porque vão para processo de tentativa de apoio comunitário e o mesmo não tenha sido verificado em 2017. -----

Em relação à questão dos outros serviços especializados, o senhor Presidente referiu que, o POCAL não foi feito pela Câmara Municipal, mas o facto é que o POCAL diz que, os “outros trabalhos especializados incluem as despesas relativas aos serviços técnicos prestados por outras empresas que o próprio organismo não pode superar pelos seus meios, tais como, serviços informáticos, análises laboratoriais, trabalhos topográficos, *etc, etc.*” Poderá ter neste *etc*, o saneamento e a água, mas a água entra noutra rubrica própria. -----

Em relação à outra questão dos “outros serviços”, deixem-me expressar a minha opinião, tenham paciência e que a Câmara Municipal, seja capaz de responder se eu não estiver esclarecido. Eu percebo esta agitação, quando alguém aqui vem usar da palavra e questiona Câmara Municipal, haver um certo ruído, mas têm que ter paciência, a democracia obriga a que se respeite a opinião de toda a gente. Senhor Presidente, na questão dos “outros serviços”, o que o POCAL diz é, “assumem carácter residual no contexto das aquisições de serviços, só lhe devem ser afetadas as despesas que de

modo algum não possam ser classificadas nas rúbricas tipicamente do respetivo subagrupamento”, e aqui o senhor Presidente da Câmara, considera que 1 milhão e 700 mil euros são questões residuais? São gastos residuais? Se 1 milhão e 700 mil euros são questões residuais, de facto, eu não tenho argumento para rebater. Para mim, questões residuais são algumas centenas de milhares de euros, ou algumas dezenas de milhares de euros, não é um 1 milhão e 700 mil euros, mas passámos à frente senhor Presidente. -----

Em relação à questão dos cabazes de natal, a fonte a que fui buscar a informação dos cabazes é a fonte da Câmara Municipal, não inventei. A Câmara Municipal no ano passado, entregou 3500 cabazes, este ano deu 4000 cabazes, portanto, significa que há aqui um aumento das pessoas mais necessitadas. E ainda na questão das famílias, já agora um esclarecimento ao meu amigo, Armindo Gomes, por quem tenho algum respeito e consideração, de dizer que, a Câmara Municipal no apoio à água dá a 160 munícipes, não se pense que a Câmara Municipal dá apoio a milhares de munícipes, dá apoio de água a 160 munícipes. No apoio às rendas, dá apoio a 160 ou 170 munícipes, não é um apoio às famílias, não é um apoio a milhares de famílias, não é um apoio a centenas de famílias. Os senhores podem vir aqui e dizer que há apoio, mas não há e os números são da Câmara Municipal, não são meus, são números da Câmara Municipal. Portanto, era bom esclarecer-se estas questões. ---

Em relação à escola de S. Cosme do Vale, o Bloco de Esquerda recebeu um email ontem, já tínhamos recebido um também em novembro, questionamos se era a escola da Didáxis, e recebemos um email ontem a confirmar, pelo senhor que nos chamou à atenção de que era a escola básica de S. Cosme. Eu, em certo sentido pedirei desculpas se esta informação não é correta, vamos questionar a pessoa que nos contactou para saber se é verdade, ou não. Mandou-nos umas fotografias para mostrar se o senhor Presidente quiser ver, com os telhados em lusalite, eu não tive oportunidade de passar por lá e ver a escola, mas também não tive o direito de duvidar. Vou amanhã a S. Cosme verificar se é assim ou não. -----

---JORGE OLIVEIRA (PSD) - Discutimos hoje as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2018. -----

---Com esta discussão, de certa forma, damos o pontapé de saída para o primeiro ano do novo mandato autárquico saído das eleições do passado dia 1 de outubro. Um mandato que, seguramente, é de continuidade, de evolução na continuidade, mas também um mandato renovado e refortalecido na sua ambição. Temos de dar continuidade ao que fizemos no passado, e fizemos muito, mas queremos fazer mais: -----

---Queremos fazer mais na educação, na saúde e na habitação; -----

---Queremos fazer mais na cultura, no ambiente e na proteção civil; -----

---Queremos fazer mais na solidariedade social e na economia; -----

---Queremos fazer mais no ordenamento do território e na coesão social;-----

---Queremos fazer mais na juventude e no desporto; -----

---Queremos fazer mais no empreendedorismo, na inovação e na qualificação das pessoas. -----

Os documentos em apreciação materializam esta ambição. Uma ambição que fez de Vila Nova de Famalicão, um Município bom para viver, bom para investir e bom para visitar. Uma ambição que fez de Vila Nova de Famalicão, um Município que hasteia orgulhosamente a bandeira de Município familiarmente responsável. Um Município tido como exemplar para o país no acolhimento familiar de crianças. Um Município reconhecido como Eco Município, galardão que premeia a política ambiental e as boas práticas de sustentabilidade.-----

Somos: -----

---O melhor Município para estudar. -----

---O terceiro Município mais exportador do País.-----

---O segundo Município com a balança comercial mais positiva de Portugal.-----

---Fomos o Município do Ano da Região Norte em 2016.-----

E somos: -----

---O Município Amigo do Desporto 2017. -----

Os documentos agora em apreciação, tecnicamente rigorosos, carregam um rumo para o futuro, um rumo sustentável, realista e exequível. Apostam na dimensão infraestrutural mas também na dimensão social do Município. Fizemos grandes investimentos infraestruturais nos últimos anos. Vila Nova de Famalicão é, aliás, um dos Municípios que maior volume de investimentos fez nos últimos 10 anos, uma chamada de atenção por isso aos senhores Deputados do Partido Socialista, do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português. Investimos, senhores deputados, mais de 150 milhões de euros nestes últimos 10 anos, sem que todo esse investimento tivesse comprometido a saúde financeira do nosso Município. Os investimentos, esses vão continuar em 2018. E são muitos, uns maiores, outros mais pequenos, mas todos eles necessários e todos eles um pouco espalhados pelo território do nosso Concelho.-----

---Por economia de tempo, fazer referência para o novo Mercado Municipal, um investimento muito importante não só do ponto de vista do mercado em si, mas do próprio conceito de mercado local, aproximando os produtores dos consumidores e revitalizando atividades económicas, que convém dizê-lo também, durante muitos anos foram um pouco esquecidas.-----

---Referência para a Requalificação do Cineteatro, Narciso Ferreira, em Riba de Ave e a Reabilitação do Antigo Centro de Saúde de Delães, dois investimentos e dois exemplos da criação de uma dinâmica cultural que queremos seja abrangente a todo o território concelhio. -----

---Referência para a construção da ecopista corresponde à 1ª fase da rede urbana pedonal e clicável de Famalicão, ou seja, um investimento de muitos outros investimentos, um investimento de algo muito mais abrangente, inserindo-se num plano mais vasto de mobilidade sustentável para a nossa Cidade. Este investimento é também a demonstração de que o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) está a ser levado a sério, está a ser levado muito a sério. -----

---Se apostamos na dimensão infraestrutural da ação governativa local, damos igual importância e igual relevância à dimensão social, às políticas de apoio às famílias famalicenses, com programas particularmente pensados e particularmente ajustados às necessidades das várias gerações de famalicenses. -----

---A solidariedade social não tem sido apenas uma prioridade na ação do Município, a solidariedade social tem-se revelado uma verdadeira cruzada a favor dos famalicenses que por diversas razões vivem em situações de pobreza, de miséria, de exclusão ou de desintegração social. Essa cruzada é para continuar em 2018. Mas em 2018, resulta de uma forma mais evidente que há uma significativa evolução nas grandes opções nesta área e que nós saudamos. -----

E que grandes opções são estas, perguntaria o senhor Deputado, Adelino Mota? -----

São as opções que nos dão conta da necessidade de colocar o desenvolvimento económico ao serviço do desenvolvimento social. Da necessidade de melhorar a concretização de uma estratégia de desenvolvimento integrado. O Concelho está muito bem servido de instituições, bem geridas por vários agentes de forma muito competente, diligente e atenta. Uma estratégia de desenvolvimento integrado implica que cada área da comissão social Interfreguesias, como aqui aliás já foi referido pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, se assuma como um núcleo e cada uma seja capaz de criar diretamente respostas e ações locais, que aproveitem a diversidade para combater as dependências, que promovam políticas ativas da procura de emprego, de formação, de inserção e de ocupação. -----

É esse o caminho que está em marcha. E é esta uma das grandes opções do executivo municipal. Queremos que cada vez menos famílias precisem do apoio social, queremos e estamos a apostar numa ótica de prevenção e de retaguarda, mas também uma aposta articulada com as instituições, congregando esforços para uma resposta em bloco. -----

Sem embargo, há muitas medidas que mereciam ser destacadas. -----

Por exemplo, quando falamos na Educação, não podemos deixar de falar da oferta dos manuais escolares. -----

Como é consabido, em 2002, a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, ofereceu os manuais escolares a todos os alunos do 1º ciclo do ensino básico. Uma medida adotada posteriormente por muitos outros Municípios e fortemente contestada pelo Partido Socialista durante 12 anos, 12 anos é

muito tempo, mas como diz o nosso povo, mais vale tarde do que nunca e 12 anos depois da sua implementação, o PS lá acabou por considerar esta como uma boa medida.-----

Mas concentremo-nos naquilo que verdadeiramente interessa. Depois do Governo da República ter assegurado a gratuitidade destes manuais, embora como saibamos todos, continue a não pagar a sua aquisição às livrarias, muitos Municípios abandonaram esta medida. -----

Assim não aconteceu em Vila nova de Famalicão e não aconteceu por que nós continuámos a assegurar a gratuitidade dos livros das fichas ao 1º ciclo, algo que não está incluído na ação governativa da República. Mas foi mais longe, senhores Deputados, e avançou no ano letivo em curso com a gratuitidade dos manuais escolares do 2º ciclo, para o 5º e 6º anos, e no próximo ano letivo ou seja, no ano letivo 2018/2019 esta medida será estendida aos alunos do 7º ano. Estamos a falar de uma medida determinante, não apenas para suavizar os encargos que os pais têm no início de cada ano letivo, cá está a maior disponibilidade de rendimentos para as famílias de que fala o senhor Presidente da Câmara Municipal, mas também de uma medida que permite aos pais, com as poupanças geradas, cerca de 150 euros por família, possam investir noutras coisas, igualmente fundamentais, para o sucesso educativo dos seus filhos. -----

Estamos a falar de um investimento superior a 400 mil euros. Cá esta, 400 mil euros, cá está uma despesa corrente. -----

A despesa corrente tão criticada pela oposição, mas que deve ser vista como uma boa despesa, que deve ser encarada como um sinal claro à comunidade de que este Município assume a educação como um investimento e nunca como uma poupança. A este propósito, isto é, a propósito da tão falada despesa corrente, vale a pena nos determos um pouco sobre este assunto, desde logo para afirmarmos que a discussão entre despesa corrente e despesa de capital, a dicotomia entre investimento e gastos, é senhor Presidente e senhores Deputados, uma discussão ultrapassada. A discussão deve ser feita, isso sim, entre a despesa necessária e despesa supérflua. Entre boa e má despesa. Nem toda a despesa de capital é boa, nem toda a despesa corrente é má. Só o PS é que continua preso a uma visão do passado, é que vê no volume da despesa corrente do Município de Vila Nova de Famalicão um perigo para o futuro das finanças locais. Só o PS é que não percebeu qual tem sido a dinâmica do mundo autárquico da última década e meia.-----

Eu sugeria ao PS, com o devido respeito que o faço, a leitura de um documento denominado “Monitorização da evolução das receitas e das despesas dos municípios”, elaborado pela Universidade do Minho conjuntamente com a Escola de Economia e gestão, envolvendo o seu Núcleo de Investigação em Políticas Económicas (NIPE) e o Centro de Investigação em Ciência Política (CICP), trata-se de um documento extenso, técnico, académico, científico, que está disponível no Portal Autárquico e portanto, de fácil consulta. E o que é que nos diz este documento,

diz-nos que em todos os Municípios do País, a despesa de capital sofreu uma fortíssima redução desde 2001. E a despesa corrente pelo contrário conheceu desde aquela mesma data um acentuadíssimo crescimento. -----

Senhor Presidente e senhores Deputados, só para termos uma ideia do que estamos nós a falar, no último ano a que se refere este estudo, a despesa de capital de todos os Municípios portugueses foi de 3,4 mil milhões de euros. Fazem ideia de quanto foi a despesa corrente no último ano de que faz referência o estudo? A despesa corrente essa foi bem mais superior 7,2 mil milhões de euros, ou seja mais do dobro. E é natural que assim seja, é natural que esse diferencial entre despesa corrente e despesa de capital se vá acentuar por uma razão muito simples, é que à medida que as principais necessidades infraestruturais vão sendo colmatadas, o que gera depois é naturalmente despesas de manutenção, isto é, despesa corrente e isso é visível para qualquer cidadão. Como se infere também daquele estudo e dos nossos resultados que apresentamos ao longo dos últimos anos, que constam destes documentos previsionais, nós não desalinhamos da dinâmica do país. -----

Mas regressemos por breves instantes ao passado. No tempo da governação Socialista em Vila Nova de Famalicão, o executivo camarário, sempre que a discussão da despesa corrente se colocava, invariavelmente gostava de realçar que o importante era que a despesa corrente fosse inferior à receita corrente, de modo a gerar um saldo que podia e devia ser alocado à despesa de investimento. Seguindo essa lógica de raciocínio, diga-se, corretíssima à época, mas desatualizada no tempo presente, sempre acrescentaríamos que ainda assim, em 2018, a receita corrente será superior à despesa corrente, mais exatamente numa quantia superior a 15 milhões de euros. -----

Acrescentaríamos também a circunstância de que em matéria de equilíbrio orçamental, ou seja, a relação entre receitas e despesas correntes, a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão está acima da média nacional e está acima da média da zona norte do país. Pode o Partido Socialista ficar por isso descansado, o volume da despesa corrente não coloca em risco a sustentabilidade das finanças municipais, uma preocupação que, no entanto, não deixa de ser interessante considerando que ela provém de um partido político que em 2001, deixou o município às portas de um pedido de ajustamento financeiro. -----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, uma das coisas que marca a nossa gestão municipal é que tratamos o presente e olhamos para a o futuro com sentido de responsabilidade geracional. Sempre o fizemos e vamos continuar a fazê-lo em 2018 e nos anos subsequentes. Somos uma Câmara Municipal de boas contas, mas que nunca deixou de ter em conta a justiça social e as dinâmicas económicas deste território. -----

Em 2018, a dívida bruta do Município volta a descer, desce mais de 3 milhões de euros. -----

É preciso recuarem a 1999 para, em termos absolutos e não em termos percentuais, para em termos absolutos encontramos uma dívida mais baixa do que esta. E esta redução da dívida significa o quê? Significa menos encargos para o futuro. Significa, que nós não hipotecamos o futuro. Significa, que as gerações vindouras têm no Município uma entidade que sabe gerir e gere bem os seus recursos. É também em nome dessa responsabilidade geracional que apresentamos uma política de estabilidade fiscal. Temos um dossiê fiscal muito mas mesmo muito moderado. -----

A fixação do IMI está próximo do mínimo legal e adotamos o IMI familiar que só não é mais vantajoso para as famílias famalicenses, porque a maioria parlamentar de esquerda que suporta o atual Governo da República, alterou, para pior, este regime jurídico. -----

Olhando para os impostos diretos, senhor Deputado Paulo Pinto, e comparando o que é comparável, nenhum, mas rigorosamente nenhum, dos Municípios há nossa volta apresenta um regime fiscal mais favorável que o de Vila Nova de Famalicão. -----

Não senhor Deputado Paulo Pinto, não senhores Deputados do Partido Socialista, a carga fiscal, não aumentou como alegam. Os famalicenses não vão pagar mais impostos em 2018 como argumentam. Maior arrecadação de impostos, não significa aumento de impostos, nem podia significar, pois efetivamente, não há aumento de impostos. É verdade senhores Deputados, que há expectativa de aqui e acolá, neste ou naquele imposto, termos uma maior receita fiscal, mas sabem, isso resulta por medidas do Governo Central, por exemplo no caso do IMI, resulta do processo de reavaliação geral dos imóveis urbanos. Outros resulta por exemplo, a maior receita obtida por via de uma maior participação no IRS, é uma boa medida e é positiva, vou-lhe explicar porquê, ter uma maior receita obtida por via de uma maior participação no IRS, só significa uma coisa, significa que há menos desemprego, significa que há um maior número de famalicenses a auferir maiores rendimentos, significa que há um maior número de famalicenses em condições de pagar IRS. E isso, como eu referi, é e tem de ser encarado como um bom sinal certamente. Mas uma coisa também é certa, o Município não pode prescindir da receita fiscal. Quem quer fazer justiça fiscal, deve fazê-la de forma redistributiva, para continuar a ter condições para poder prestar um bom apoio social e continuar a investir na segurança e na proteção das pessoas. Nós prestamos um bom apoio social e nós continuamos a investir na segurança e na proteção das pessoas. E nós ao contrário de outros Municípios, não precisamos de inventar falsas taxas de proteção civil, que não passam de imposto e que mais não passa de um valor adicional ao IMI, com a desculpa de que essa receita era absolutamente crucial para subsidiar os corpos de bombeiros. Nós ao contrário de outros Municípios, não precisamos de inventar taxas municipais turísticas para conseguir aumentar o nosso volume de receitas. Nós temos de facto uma política fiscal justa e, até do ponto de vista da economia, nós temos uma política fiscal que podemos afirmar que é uma política fiscal atrativa.

Essa política, associada aos diferentes instrumentos do inovador “Programa Made In”, tem contribuído para a criação de um ecossistema que facilita o desenvolvimento empresarial e cria postos de trabalho. Este projeto aliado à política fiscal atrativa temos e que é para continuar em 2018, com novas iniciativas, tem apresentado resultados extraordinariamente positivos no nosso concelho. 27 Projetos de interesse municipal, conduziram a 100 milhões de euros de investimentos empresariais e criaram 865 novos empregos. -----

Aliás, e olharmos para as taxas de desemprego verificamos que em 2013, isto é, no pico da crise, Vila Nova de Famalicão tinha quase 12 mil desempregados, esse número é hoje, felizmente, inferior a 4700 desempregados. É verdade que o emprego a que se faz referência, não foi criado pela Câmara dirá o Partido Socialista, nós sabemos, é verdade que foi criado pelas empresas, mas a Câmara Municipal teve um papel muito relevante enquanto agente dinamizador da sociedade. Não fosse a dinâmica da Câmara Municipal, não fosse o clima de confiança que gerou a circunstância que levou muitos empresários a investirem em Famalicão, vos garanto, sem essa confiança, não o teriam feito. -----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores deputados, nós atuamos com sentido de responsabilidade e com sentido de justiça fiscal. É por isso que os famalicenses nos têm concedido eleição após eleição o seu voto de confiança. As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018 são documentos de confiança. Confiança no rumo que traçamos. Confiança nas estratégias que delineamos. Confiança nas ações que empreendemos. -----

A Oposição dirá, bom, mas estas não são as nossas opções! Pois não, não são as vossas opções, são as nossas opções. São as opções que os famalicenses sufragaram maioritariamente. São as opções viradas para as famílias e para as empresas. São as opções as que nos vinculamos eleitoralmente. São as opções que vamos cumprir escrupulosamente. Como se espera de um governo local de confiança como aquele que nós somos. -----

---PAULO FOLHADELA (PS) – Eu não vou fazer uma intervenção de fundo e há quarenta minutos atrás quase quando me inscrevi, depois de ter ouvido nomeadamente, a intervenção do senhor Deputado, Jorge Paulo Oliveira e por muito que tentasse convencer esta Assembleia das virtudes desta Câmara Municipal, confesso que, não preciso de ir vinte anos atrás, dez anos atrás, mas porventura, cinco dias atrás para deitar por terra tudo aquilo que é contributo de esperança na sua intervenção que o senhor Deputado quer trazer a esta Assembleia. -----

Senhor Presidente da Câmara, muito concretamente, porque como disse é uma questão muito concreta que queria colocar a Vossa Excelência. No Plano que nos apresenta, desenvolve entre os vários eixos um que para todos nós é obviamente muito importante e que tem a ver com Economia e Empreendedorismo, nomeadamente, também com a questão aqui já referida na intervenção que

acabamos de ouvir, o Made In. A esse respeito chamo à colação muito rapidamente, que ainda nestas últimas informações apreciadas hoje nesta Assembleia e que foram apresentadas por esta Câmara Municipal e assinadas pelo senhor Presidente da Câmara no dia 6 de dezembro, portanto, há uns dias atrás, é referido neste eixo que é referido no Plano, o Programa Famalicão Made In, como sendo um pilar da estratégia municipal como sendo a promoção e desenvolvimento económico. E neste concreto ponto, é desenvolvido um aspeto, que os colegas Deputados podem verificar, que é precisamente uma referência dizendo isto: - “o Município e a Adrave têm mantido uma política de estreita cooperação institucional e de parceria”. E depois desenvolve, considerando que esta cooperação transnacional é um fator determinante, que permite uma maior internacionalização e portanto, dá referência à existência desta cooperação com a Adrave. Como disse, isto foi apresentado nesta Assembleia com um documento datado do dia 6 de dezembro. Como também tenho a certeza que sabem, em Assembleia Geral da Adrave no dia 14 de dezembro, deste mesmo ano, há uns dias atrás, foi deliberado apresentar a Adrave à insolvência. Portanto, neste documento que nós temos a dizer da cooperação estratégica importante entre a Câmara Municipal e a Adrave, também é a mesma Câmara Municipal, e por que é que digo isto, porque nós temos o senhor Presidente da Câmara Municipal, como Presidente do Conselho de Administração da Adrave em representação da Amave. E é nesta circunstância, que não posso deixar de fazer esta referência e colocar uma questão muito concreta à Câmara Municipal. Nós, penso que temos por certo, que a Adrave foi e fruto de um trabalho muito intenso há mais de vinte anos, para que se conseguisse trazer esta Agência de Desenvolvimento para Famalicão. Uma Agência que foi presidida pelos Presidentes aqui no Município, Agostinho Fernandes, Armindo Costa e também Paulo Cunha, desenvolveram e estiveram permanentemente na senda do desenvolvimento desta Agência, no sentido de permitir o apoio, nomeadamente, às pequenas e médias empresas, ao seu fomento e à sua internacionalização. A verdade é que neste momento, eu tenho de perguntar ao senhor Presidente da Câmara, o que é que aconteceu? E por que é que temos de nos sujeitar à circunstância de termos um anúncio afixado no Tribunal, onde temos a insolvência da Adrave, temos aqui como fixado o domicílio ao senhor Presidente, Paulo Cunha, na qualidade de Administrador e Presidente do Conselho de Administração. Nestas circunstâncias, faço uma questão e adianto já aquilo que é a posição que temos. Por que é que isto aconteceu? Por que é que aconteceu nestes termos?-----

Meus caros colegas, eu entendo que esta insolvência da Adrave, acontece por uma decisão política, onde tem a maior parte da responsabilidade esta Câmara Municipal e acontece neste tempo, por que é um tempo após o período de eleições e após o ato eleitoral. Esperaram que acontecesse as eleições, que não se falasse nessa circunstância e que agora fosse apresentada a insolvência da Adrave. E a ideia que tenho, é que a Adrave, enquanto Agência de Desenvolvimento Regional, é tal

qual uma afirmação que podíamos dizer, é mesma coisa que um dia destes perdermos o Citeve. São instituições e entidades semelhantes, com importância fundamental não só no foco local, mas sobretudo, regional, nacional, internacional e era muito importante que se mantivessem estas instituições, como eu disse, no meu entender, é como perder o Citeve. E a qualquer um de nós, se for perguntado se estavam de acordo ou não, todos diriam que lamentavam se acontecesse a perda do Citeve. -----

Coloca-se então esta questão, a Adrave fez durante o seu percurso, um caminho no sentido de apoio técnico nomeadamente, às pequenas e médias empresas, à internacionalização, à cooperação transnacional e neste momento, aquilo que é referido é a existência do Made In. Senhor Presidente da Câmara, entendemos que, estas duas realidades são compatíveis, porque a abrangência, a capacidade de intervenção da Adrave, era muito superior àquilo que pode ser a capacidade de resposta do Made In. Não faço neste contexto uma crítica ao Made In, mas faço no sentido de a Câmara não ter acautelado que, a falta da Adrave seja colmatada com medidas concretas que possam não fazer sentir a falta daquilo que era o apoio, o apoio sério, consistente e desenvolvido ao longo de muitos anos pela Adrave. Caros colegas, Deputados Municipais, na circunstância pergunta-se, mas porquê a Adrave, a insolvência? Eu digo-vos, o passivo que foi declarado e que é manifestado publicamente, é na ordem de 1 milhão e 300 mil euros. Estamos a falar de uma entidade que não tem passivo a trabalhadores, estamos a falar de uma entidade que não tem passivo ao fisco, estamos a falar de uma entidade que não tem passivo à segurança social. O passivo de 1 milhão e 300 mil euros como é sabido, tem sobretudo a ver com dívida à banca. E pergunta-se, onde está a capacidade negocial? Onde está a habilidade política desta Câmara, para não conseguir recuperar uma entidade com a importância estratégica que tem a Adrave, onde está essa capacidade para evitar uma insolvência de uma sociedade que tem um passivo que todos nós vamos ter de convir, não é exagerado e era ultrapassável houvesse vontade política nesse sentido, que é meramente de 1 milhão e 300 mil euros. Nestas circunstâncias, senhor Presidente, posso concluir que a vontade política, não sei se por alguma herança que não gostasse, por alguma referência ou uma ideia que não era a sua, que era a Adrave e uma ideia que será sua que é o Made In, e tivesse deixado cair esta possibilidade de termos a Adrave. E ao mesmo tempo, querendo substituir, se é essa sua intenção da Adrave pelo Made In, no nosso entender, não será neste momento, uma solução que sobretudo possa proteger os interesses daqueles que são os principais visados, que são as pequenas e médias empresas, a capacidade de poderem ter intervenção regional e transnacional. Porque, meus caros amigos, daquilo que nos é dado a conhecer, não vejo hoje, não estou a dizer que para o futuro não possa acontecer, mas não vejo hoje que o Made In tenha capacidade de cooperação transnacional com a Galiza, com uma série de Países com que a Adrave tinha ligações

feitas, consolidadas de anos, isso eram caminhos abertos para as nossas empresas e para os nossos empresários. Senhor Presidente da Câmara, se foi uma decisão política, se foi uma decisão sua, porque entendemos que assim terá de ser considerado, como é que neste Plano e na solução que apresenta do Made In, consegue assegurar aos empresários a capacidade que existia e que agora o senhor enquanto Presidente do Conselho de Administração, deliberou, apresentou e assinou o requerimento de apresentação à insolvência da Adrave. Como é que garante a continuidade destes apoios aos nossos empresários, às nossas empresas e naturalmente, daí advirá como é evidente melhores condições para todos os famalicenses. -----

---PAULO PINTO (PS) – Em primeiro lugar, senhor Presidente, Vossa Excelência disse há bocado na resposta que os 6 milhões de euros, era o custo com pessoal com contrato no departamento de educação, não pomos em causa isso logicamente, acho que é importante para todos estarmos esclarecidos exatamente como é que essa verba é gasta, iremos fazer um requerimento para que nos possa discriminar esse valor que é importante para todos. Agradecer também, ao fim da minha quinta tentativa, Vossa Excelência finalmente se designou a dar o valor. -----

Aproveitar para agradecer ao senhor Deputado, Jorge Paulo Oliveira, o apoio que fez ao Governo da Nação, realmente disse que a receita fiscal em Famalicão tem aumentado, um dos fatores tem sido o desemprego ter diminuído, felizmente que isso tem acontecido e felizmente para Portugal que não é um exclusivo de Famalicão. Portanto, agradecer-lhe, exatamente como é conhecido por todos, o trabalho do Governo da Nação tem permitido que o desemprego tenha baixado e que a economia esteja a andar para a frente. -----

Gostaria de deixar aqui dois números, esta maioria fala da redução da dívida, e gostaria de contrastar com outro, mais de mil milhões de euros é a receita que esta maioria já angariou desde 2001. -----

Impostos, rendimento disponível, uma das grandes, volto a referir, porque aqui nós realmente estamos em desacordo com a política fiscal. Quando nós falamos em política, estamos a falar da receita fiscal não falamos de taxas, se o senhor Deputado não se lembra do que nós temos vindo a falar, nas atas poderá ler do que temos vindo a falar. E fazendo contrassenso com aquilo que o senhor Presidente da Câmara disse, que era uma das suas prioridades o aumento do rendimento disponível, não se compreende por que é que a receita fiscal em número continua a aumentar quando a prioridade é dar mais rendimento disponível aos famalicenses. Basta os famalicenses pagarem menos para que isto aconteça, senhor Presidente. Aliás, o IMI, já falamos várias vezes, ao contrário do senhor Deputado, Jorge Paulo Oliveira, que disse que estava no mínimo, não está no mínimo, está 20% acima do mínimo. Se calhar 20% para muita gente é pouco, mas para muitos famalicenses é muito, quase 14 milhões de euros que os famalicenses pagam todos os anos de IMI.--

O IRS, relativamente a este, só há um caminho que possa acontecer, é descer, porque este está no máximo, infelizmente Famalicão, faz aquilo que a maior parte das Autarquias não faz pelo País fora, não abdica de parte dessa receita, Famalicão continua a penalizar e já fizemos as contas, já apresentamos aqui várias vezes, representa cerca de 60€ por cada agregado familiar. -----

Já nem vou falar muito sobre água e saneamento, mas já que o senhor Presidente disse uma resposta há bocado, disse que na água e no saneamento em Famalicão, tinham uns custos, relativamente à receita e do que cobrava porque era preciso pagar custos. A pergunta que eu faço, então significa que Famalicão tem custos superiores aos de Braga? Aos de Barcelos? Porque eu volto a dizer, nós pagámos muito mais pela água em Famalicão e pelo saneamento do que pagam nos outros Concelhos, e já não vou falar dos resíduos sólidos, porque aumenta a promessa de baixar da poupança que este Executivo fez aquando concessionou este serviço e que não se repercute nos famalicenses. -----

Para acabar, eu vim cá há um ano e trouxe um estudo que tinha saído dos Técnicos Oficiais de contas relativamente à situação, e ao contrário do que foi apregoado por esta maioria e que continua a ser, segundo esse estudo que é isento, e limitei-me a citar: - “Famalicão não faz parte dos melhores Concelhos em termos de rácio económico do Distrito”, acho que isto dá que pensar a muita gente. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Senhor Deputado, Paulo Folhadela, o senhor trouxe aqui um processo de intenções que fica consigo, eu não vou fazer de si ou acerca de si o processo de intenções que fez de mim ou acerca de mim. Vou partir do pressuposto que o senhor não está bem informado acerca do que aconteceu, não vou partir do pressuposto que o senhor veio contar aqui uma história diferente daquela que sabe que é verdade. O senhor Deputado, talvez não saiba, a Adrave é uma empresa privada, quase 90% do capital da Adrave é detido por pessoas privadas, só pouco mais de 10% do capital social da Adrave é que é de entidades públicas. Sendo que, desses 10%, 8,48% salvo erro, é a cota parte da Amave. Eu sou Presidente da Adrave há dois anos senhor Deputado, não sou há vinte, sou há dois anos, quando cheguei à Adrave a estrutura societária era esta. A Amave no passado teve mais de 40% de capital social, de 40% passou para 8.48% salvo erro. Quem adotou esta decisão foi a Assembleia Geral dos sócios, não fui eu, aliás, a Câmara Municipal de Famalicão nem é sócia da Adrave como sabe, eu estou a presidir à Adrave em representação da Amave. Houve uma Assembleia Geral, onde a Amave foi convocada a estar presente e não apresentou nenhuma proposta para os Órgãos Sociais, portanto, a situação da Adrave é desde logo uma ausência de uma solução diretiva para a Adrave. O senhor talvez não tenha tido essa informação mas já agora dou, a Assembleia Geral era eletiva, um dos pontos da ordem de trabalhos era a apresentação de listas para os Órgãos Sociais, nenhum dos sócios apresentou uma

lista para o Órgão Social. O cidadão Paulo Cunha não é sócio, é Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, estava lá como Presidente do Conselho de Administração, ponto. Não estava a representar a Amave que é uma das sócias, aliás, nem é o sócio com maior percentagem de capital social, há sócios com uma cota parte superior à Amave. E portanto, a Amave, não tem nenhuma obrigação estatutária se a questão se tiver de colocar para apresentar uma solução para a Adrave. Quanto à questão que aqui trouxe do passivo ser alto ou ser baixo, as palavras são suas, não são minhas e não me vou pronunciar sobre isso. O senhor talvez não saiba, mas a razão principal para a apresentação à insolvência não foi o passivo, o senhor é jurista, sabe que os administradores têm obrigação jurídica de reunidas algumas circunstâncias apresentar a empresa à insolvência, foi o que aconteceu senhor Deputado. Sabe quais são essas razões? É desde logo, a probabilidade, para não dizer a certeza, de ser impossível fazer face aos compromissos assumidos, essa é a razão primeira, senhor Deputado. E sabe o que é que contribuiu para isso? Eu vou-lhe dizer, há uma decisão da Agência do Desenvolvimento e Coesão, que suspende a Adrave de receber Fundos do Portugal 2020, perante este cenário, a questão do passivo é obviamente um aspeto a ponderar, o passivo atual e aquele que se há-de gerar no futuro pela continuação da Adrave, nomeadamente, os salários que estão em dia, fiz questão enquanto Presidente do Conselho de Administração da Adrave, de honrar os compromissos com todos os trabalhadores da Adrave, todos sem exceção até ao último dia. O que não posso, é permitir que continue uma situação quando de antemão sei que ela não tem condições para continuar. É minha obrigação, enquanto Presidente do Conselho de Administração, apresentar a empresa, a Adrave é uma empresa, à insolvência. Não está em causa o papel da Adrave no Concelho e na Região, muito menos as circunstâncias muito meritórias da sua criação em Famalicão. O que também é inegável, é que ao longo dos quase vinte anos, o papel da Adrave mudou completamente e não fui eu quem o alterou, senhor Deputado. Não fui eu, quem impediu a Adrave de concorrer ao Compete por exemplo, por causa da sua estrutura societária. Não fui eu, quem alargou as competências das Comunidades Intermunicipais, que hoje são “concorrentes” da Adrave no que diz respeito à gestão dos Fundos Comunitários. Não fui eu, quem criou outras Agências de Desenvolvimento Regional num contexto periférico como acontece em relação à Adrave, outras foram surgindo nesta Região onde estamos inseridos. Essas circunstâncias todas conjugadas, senhor Deputado, é que fizeram com que se chegasse aqui. O passivo não é da minha responsabilidade, pelo menos a sua totalidade. A circunstância da decisão da Agência de desenvolvimento e Coesão que é um processo em que a Adrave é colateral ao que eu sei e reporta-se a períodos anteriores há minha gestão, portanto não me vou pronunciar sobre isso, são circunstâncias que ocorreram, que se conjugaram e que fizeram com que fosse impossível haver condições para que a Adrave pudesse continuar. E foi nesse contexto que apresentei à insolvência. E

sabe, senhor Deputado, quem decretou a insolvência não fui eu. Os credores, podem perfeitamente entender que, há condições para a Adrave continuar a sua atividade, depois há-de haver uma assembleia de credores, nessa ocasião haveremos de conversar. O senhor, estará a antecipar porventura, o que imagina que vai acontecer. Também lhe posso dizer que poderá acontecer, mas eu não faço aqui nenhum juízo de antecipação como o senhor aqui fez, aguardaremos pela assembleia de credores e por aquilo que os credores onde dizer nessa ocasião. Mas quero que saiba o seguinte, senhor Deputado, a circunstância que mais pesou na decisão não foi o passivo, o passivo atual, o que mais pesou na decisão tem a ver com problemas ao nível da angariação de receitas para as suas atividades. -----

Quanto à relação entre a Adrave e o Made In, não percebo por que é que o PS desde o início do Made In, tem tido uma postura frontalmente contra o Made In. E bem percebo por que é que os famalicenses continuam de costas voltadas para o Partido Socialista. Eu costumo dizer, não perguntem à Câmara Municipal qual é a influência do Made In, perguntem às empresas, perguntem aos famalicenses. Não venham à Assembleia Municipal, nem à Câmara Municipal, vão às empresas, falem com os famalicenses e perguntem-lhes qual é o efeito do Made In nas suas vidas, o que é que o Made In trouxe de novo acerca de quatro anos a esta parte, que alterou substancial e formalmente a relação entre o Município e os seus Municípes, não perguntem ao Presidente de Câmara, nem perguntem ao Vereador que tem o pelouro, perguntem aos famalicenses e às empresas. E sabe, senhor Deputado, o Made in, não quer, nem substituir as empresas que prestam consultoria, nem substituir a Agência de Desenvolvimento Regional. O Made In, tem o seu espaço bem definido, nada tem a ver com o trabalho que a Adrave realizava. Estou seguro, que universo das respostas que já hoje existem, estão reunidas as condições para que as empresas possam ter acesso às informações e aos apoios que sempre tiveram, a minha convicção plena, é que o eventual desaparecimento da Adrave não terá consequências nefastas para as empresas, nomeadamente, para as micro e pequenas empresas famalicenses. Embora não negue, que me agradaria que houvesse condições para que a Adrave e considerando desde logo o seu legado histórico, pudesse continuar entre nós. Por isso, é que eu repito, o seu processo de intenções que eu não vou adjetivar, é seu senhor Deputado, o senhor é que o trouxe aqui não fui eu, eu não faço o mesmo perante aquilo que fez e aproveitei a oportunidade para esclarecer não só o senhor Deputado, mas porventura, outros que tivessem alguma dúvida acerca do que está a acontecer à Adrave. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2018 E RESPETIVA PROPOSTA ANEXA, FOI APROVADO NA GENERALIDADE, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E TRÊS VOTOS A FAVOR E TREZE VOTOS CONTRA, APROVAR AS GRANDES OPÇÕES

DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2018 E RESPETIVA PROPOSTA ANEXA. -----

---FOI TAMBÉM APROVADA A AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS (PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, E DO ARTIGO 12º DO DECRETO-LEI Nº 127/2012, DE 21 DE JUNHO, NOS TERMOS DA SUA PROPOSTA, APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E TRÊS VOTOS A FAVOR E TREZE VOTOS CONTRA. -----

---FOI APROVADO, POR MAIORIA, NA SUA VOTAÇÃO FINAL GLOBAL, COM CINQUENTA E TRÊS VOTOS A FAVOR E TREZE VOTOS CONTRA, APROVAR AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2018, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---TERCEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA VIGORAR NO ANO DE 2018, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento. -----

---DANIEL SAMPAIO (CDU) - Relativamente às taxas municipais dos direitos de passagem e de ocupação dos subsolos, a posição da CDU defende o princípio da não repercussão dessas taxas nas faturas dos consumidores pois, no nosso entendimento, não devem ser estes a suportar esses custos mas sim as respetivas operadoras, já que obtêm os benefícios inerentes a sua atividade comercial. Lembramos que a Lei 42/16, que aprovou o OE/2017, pôs termo ao diferendo há muito existente entre os consumidores e autarquias locais, por um lado, e as empresas que detêm ou gerem redes de infraestruturas que ocupam o espaço público por outro, determinando que as empresas não possam fazer refletir nos consumidores esses custos de passagem. Como é sabido, o Decreto-Lei 25/2017, que estabelece as normas de execução do OE/2017, veio a adiar ‘sine die’ essa decisão, atribuindo ao Governo a possibilidade de alteração do quadro legal em vigor, nomeadamente em matéria de repercussão das taxas nas faturas dos consumidores. Porque entendemos que a legislação produzida não foi aplicada como deveria, a posição da CDU nesta matéria é a de votar contra a proposta em apreço. -----

---ADELINO MOTA (BE) – Muito rapidamente, para dizer que em relação a esta proposta, subscrevemos quase na integridade da intervenção do Deputado da CDU. Entendemos que devem ser as empresas de telecomunicações a pagar o uso do solo do Município e não os Munícipes. Pelo que, enquanto não for possível, enquanto não houver legislação que obrigue as empresas a pagarem

esta taxa, defendemos que, a Câmara Municipal não implemente esta taxa. A Câmara Municipal não é obrigada a implementar esta taxa, implementa-a porque quer. E portanto, poderia seguir o exemplo e não vou estar aqui a defender Concelhos vizinhos e dizer quais são, mas se for necessário digo, há Concelhos onde os Municípios não pagam esta taxa. Aliás dizer, que esta taxa só começou a ser paga pelos Municípios de Famalicão em 2013, até 2013 não se pagava, isto dados da ANACOM. Portanto, se não pagava até 2013, também não vejo por que é que em 2018 havemos de pagar. Por isso, iremos votar contra.-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Está aqui um tema interessante, eu não ouvi a intervenção do senhor Deputado da CDU, mas penso que foi no sentido da do senhor Deputado do Bloco de Esquerda. É muito simples, crie-se uma Lei que assim o estabeleça, na Assembleia da República façam uma Lei que imponha às empresas. A Câmara Municipal, não pode é deixar de cobrar uma taxa que é perfeitamente legítima, se isso depois se repercute no consumidor, não é a Câmara Municipal que a faz repercutir, são as empresas que prestam o serviço. Portanto, os senhores usem a vossa posição Parlamentar na Assembleia da República, criem uma Lei que estabeleça uma proibição desta repercussão nos consumidores e está o problema resolvido. -----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA VIGORAR NO ANO DE 2018, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E DOIS VOTOS A FAVOR, ONZE ABSTENÇÕES E DOIS VOTOS CONTRA, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---QUARTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE REGIME EXCECIONAL PARA A ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS DE EXPLORAÇÕES AGROPECUÁRIAS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento. -----

---DANIEL SAMPAIO (CDU) – Sobre o regime de isenção de taxas municipais para as explorações agropecuárias a CDU não detém conhecimento suficiente sobre este assunto para o poder votar, conscientemente, de modo favorável ou negativamente. Por isso mesmo vamos abster-nos em relação a este assunto. No entanto, solicitamos, através da Mesa da Assembleia, que o senhor Presidente da Câmara informe este Grupo Municipal que quadro foi tido em consideração, sobretudo quanto às carências da legislação, que levaram a tal decisão do Executivo, pois não acreditamos que essa mesma posição tenha sido tomada baseada apenas nos insuficientes fundamentos espelhados no ofício dirigido pela Fagricoop ao senhor Presidente da Câmara. Ficamos a aguardar essa atenção, a qual desde já agradecemos. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE REGIME EXCECIONAL PARA A ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS DE EXPLORAÇÕES AGROPECUÁRIAS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E TRÊS VOTOS A FAVOR E DUAS ABSTENÇÕES.-----

---QUINTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA MINUTA DO CONTRATO DE SUBCONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DA VIA DO RAMAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO ENTRE O KM 46,000 E O KM 56,518 CELEBRADO COM O IP – PATRIMÓNIO – ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO IMOBILIÁRIA, S.A., TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento.-----

---DANIEL SAMPAIO (CDU) – Em relação a este assunto, nós queremos recordar aqui, já há bastante tempo, infelizmente, o desmantelamento da Linha da CP entre Famalicão e Póvoa de Varzim. Em que a CDU sempre debateu contra esta medida, que penalizou milhares de utentes agravando as condições de transporte de ligação entre estas duas Cidades. Apesar dos anos que passaram, esta posição não se alterou, até por que as condições de transporte entre estas Cidades degradaram-se ainda mais, padecendo de soluções que cabem ao Município e que deveria usar a influência política que reúne para junto das entidades que supervisionam o assunto, forçar uma solução que passe pelo prolongamento do Metro desde a Póvoa de Varzim até Famalicão. Criadas as condições para perpetuar a situação de carência verificada com o fecho da Linha da CP atribuindo licença de utilização para uma ecopista, parece-nos manifestamente contraproducente. Até por que existirão soluções para atender ao assunto em apreço de forma satisfatória para ciclistas, por exemplo, criar essa ecopista nos terrenos adjacentes ao Parque da Devesa. Por esta razão, votaremos contra a proposta do Executivo.-----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA MINUTA DO CONTRATO DE SUBCONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DA VIA DO RAMAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO ENTRE O KM 46,000 E O KM 56,518 CELEBRADO COM O IP – PATRIMÓNIO – ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO IMOBILIÁRIA, S.A., TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR E UM VOTO CONTRA.-----

---SEXTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO NO ÂMBITO DOS CONTROLOS OFICIAIS ENTRE A DIREÇÃO GERAL DE ALIMENTAÇÃO E VETERINÁRIA (DGAV) E A CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E).

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento. -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – O Governo pretende transferir competências para as Autarquias depois de as ter conduzido a uma situação de asfíxia financeira, seja pelos cortes nas transferências do Orçamento de Estado, seja pela imposição da participação no fundo de apoio municipal e sem transferir os recursos necessários que permitam o seu adequado desenvolvimento, quando impõe que não haja aumento da despesa pública. Não aceitamos que os Governos se desresponsabilizem pelo cumprimento dos direitos constitucionais, desviando os focos de descontentamento das populações do Poder Central para as Autarquias, prosseguindo no seu objetivo, desmantelamento das obrigatórias funções do Estado. A CDU, defende que, a haver algumas transferências da competência do Estado para as Autarquias, essas transferências têm de ser acompanhadas dos adequados meios humanos e financeiros, o que não me parece no assunto em análise. Na proposta, verifica-se a possibilidade de contratações com uma forte tendência para a precariedade, para além dos valores que a DGVA se compromete a pagar aos técnicos a contratar, serem claramente insuficientes. Julgamos que, nenhum interesse acrescido existe nesta passagem de competências, tão pouco ficará em perigo a saúde pública. Pelo que, não votaremos favoravelmente a proposta. -----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO NO ÂMBITO DOS CONTROLOS OFICIAIS ENTRE A DIREÇÃO GERAL DE ALIMENTAÇÃO E VETERINÁRIA (DGAV) E A CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, COM SESSENTA E TRÊS VOTOS A FAVOR, UMA ABSTENÇÃO E UM VOTO CONTRA.** -----

---**SÉTIMO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 258.800,00€, AO QUAL ACRESCE O IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, À FIRMA ANO – SISTEMAS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS, LDA. RELATIVAMENTE AOS SERVIÇOS DE FATURAÇÃO E GESTÃO INTEGRADA DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E RESÍDUOS SÓLIDOS, TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E)** -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento. -----

--- **DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Norteadada pelo mesmo princípio, que determinou a posição da CDU no assunto sobre a transferência das funções do Estado para as Autarquias. Não deixamos de estar imbuídos no mesmo princípio, evidenciar a nossa oposição, que se verifica a transferência das responsabilidades do Município para a esfera privada. A CDU entende que, o Município reúne todas

as aptidões para abarcar responsabilmente as funções que agora pretende atribuir a terceiros, de serviços de faturação e gestão integrada dos serviços de abastecimento de água, tratamento de águas residuais e resíduos sólidos. Mais não se pretenderá, do que reduzir o quadro de pessoal afeto às responsabilidades que se procuram agora transferir. Pelo que entendemos, na defesa dos interesses dos Municípios relativamente aos serviços a que têm direito com qualidade e melhor preço, e na defesa dos postos de trabalho dos trabalhadores do Município, esta pretensão não deverá ser satisfeita, pelo que, a CDU votará contra. -----

---ADELINO MOTA (BE) – Muito rapidamente e um pouco os argumentos do Deputado que me antecedeu. Dizer que estamos convencidos, de que a Câmara Municipal tem capacidade técnica e meios humanos para fazer este serviço. Pelo que, entendemos, não há necessidade de privatizar estes serviços, ou seja, entregar serviços, que na nossa opinião é da competência da Câmara Municipal e não deve ser passado a ser executado por terceiros. Depois há aqui uma questão, penso que deve ser erro de redação, quando no texto da proposta no ponto 2, diz na alínea a) “ autorizar a realização da despesa, no montante anual estimado de 258.800,00€”, e depois refere a despesa discriminada por anos o seguinte: “Ano de 2018 – 141.500,00€ e Ano de 2019 – 117.300,00€. Ou seja, a despesa ou é anual os 258.800,00€, ou é bianual. Eu penso que isto é uma questão de redação, penso eu, a Câmara poderá explicar, mas penso que isto cria alguma dificuldade de votação. Independentemente do resultado aqui do texto, o Bloco de Esquerda irá votar contra. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 258.800,00€, AO QUAL ACRESCE O IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, À FIRMA ANO – SISTEMAS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS, LDA. RELATIVAMENTE AOS SERVIÇOS DE FATURAÇÃO E GESTÃO INTEGRADA DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E RESÍDUOS SÓLIDOS, TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E SEIS VOTOS A FAVOR E NOVE VOTOS CONTRA. -----

---OITAVO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVAMENTE À ALTERAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO URBANO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento. -----

--- DANIEL SAMPAIO (CDU) – Sobre esta matéria, dizemos que somos favoráveis ao alargamento da área, aliás, conforme consta no nosso programa aqui defendido pelo nosso anterior

representante na respetiva sessão que aprovou esta medida tendo colhido o nosso voto favorável. Apesar de então ser uma medida infirmada de algumas discrepâncias, designadamente, por não envolver as áreas imediatamente adjacentes do traçado do seu perímetro, colocando dessa forma na mesma na rua, ou avenida, edifícios por dentro da área e outros fora dela. Tal como se nos apresenta hoje a proposta, esta situação encontra-se corrigida envolvendo uns e outros, por forma a que os proprietários desses imóveis que não eram abrangidos, possam agora também usufruir dos respetivos benefícios fiscais caso venham a apresentar o projeto de reabilitação em conformidade. Embora reconhecendo, já ter havido um significativo aumento da área para estimular este tipo de intervenção, simultaneamente deviam ser envolvidas outras áreas degradadas, nomeadamente, como as zonas de Rorigo e Castela na Freguesia do Calendário e parte da zona de Santo Adrião, vindo ao encontro do que ontem defendíamos. Contudo, não continuamos a deixar de dizer e a defender tanto ontem como hoje, que o tal projeto poderá ainda ser melhorado se vier a atender outras zonas que possam ser abrangidas, designadamente, o Bairro S. Vicente na Freguesia de Gavião e toda a zona de Mões. Votaremos a favor, como a favor somos de que oportunamente, venhamos a voltar a este assunto. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVAMENTE À ALTERAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO URBANO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.-----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – PÔS Á VOTAÇÃO EM MINUTA DE ATA TODAS AS DELIBERAÇÕES TOMADAS NESTA REUNIÃO, FORAM APROVADAS, POR UNANIMIDADE.-----

--- Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de: -----

-----DEPOIS DA ORDEM DO DIA -----

--- Para este período não houve inscrições e nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada à uma hora e quarenta e quatro minutos do dia seguinte.-----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

-----O SECRETÁRIO -----

--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos:-----

--- Registo de Presenças; -----

